



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - UFOP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS – ICSA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Isabela Izidório Oliveira

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO TERCEIRO SETOR: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES DA PRÁTICA PROFISSIONAL NA APAE DE OURO BRANCO-
MG**

MARIANA - MG
2019

Isabela Izidório Oliveira

**A atuação do assistente social no terceiro setor: desafios e possibilidades da
prática profissional na APAE de Ouro Branco-MG**

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Serviço
Social da Universidade Federal de Ouro
Preto – UFOP.

Orientadora: Prof^a. M.^a Juliana Aparecida
Cobuci Pereira.

**MARIANA – MG
2019**

O482a Oliveira, Isabela Izidório.
A atuação do assistente social no terceiro setor [manuscrito]: desafios e possibilidade da prática profissional na APAE de Ouro Branco - MG / Isabela Izidório Oliveira. - 2019.

63f.:

Orientador: Prof. MSc. Juliana Aparecida Cobuci Pereira.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

1. Associações sem fins lucrativos - Minas Gerais (MG) - Teses. 2. Trabalho qualificado - Teses. I. Pereira, Juliana Aparecida Cobuci . II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 364.4

Catálogo: ficha.sisbin@ufop.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

Isabela Izidório Oliveira

A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO TERCEIRO SETOR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA PRÁTICA PROFISSIONAL NA APAE DE OURO BRANCO-MG.

Membros da banca

Juliana Aparecida Cobuci Pereira - Mestra - UFOP
Raquel Mota Mascarenhas - Mestra - UFOP
Cláudio Henrique Miranda Horst - Doutor - UFOP

Versão final

Aprovado em 11 dezembro de 2019

De acordo

Juliana Aparecida Cobuci Pereira



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Aparecida Cobuci Pereira**, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR, em 20/12/2019, às 21:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0030159** e o código CRC **C608F825**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.204253/2019-66

SEI nº 0030159

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000
Telefone: - www.ufop.br

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo analisar o trabalho do assistente social na APAE/Ouro Branco. Para tanto, é necessário promover discussões relacionadas às reconfigurações do papel do Estado no provimento das políticas sociais, enfatizando a emergência das entidades do Terceiro Setor e das Parcerias Público-Privadas. Tais estratégias contribuem para a redução do tamanho do Estado na promoção de direitos sociais. No Brasil toda essa trajetória de tornar o Estado mínimo para o social e máximo para o capital tem início a partir das reformas neoliberais, iniciadas nos anos 1990. Este período ficou marcado por uma série de privatizações de empresas estatais, flexibilização de direitos sociais e trabalhistas, fechamento de postos de trabalho e aumento da concentração de renda. De acordo com o discurso dominante, a transferência de ações sociais para o Terceiro Setor supre a oferta de serviços que não podem ser executados satisfatoriamente pelo Estado. O Estado, por sua vez, é considerado uma máquina rígida, ineficiente, morosa e burocrática, devendo ser modernizado através da administração gerencial. Com as novas reformas orientadas para o mercado, é aberto um caminho sem precedentes para o desmonte de direitos duramente conquistado por meio de lutas seculares. A pesquisa buscou analisar os desafios e possibilidades de atuação do assistente social na APAE de Ouro Branco. Para tanto, o percurso investigativo partiu das concepções de Estado, sociedade civil e da análise da função das políticas sociais do capitalismo. Tal percurso de investigação serviu para nortear a abordagem relacionada à atuação do assistente social no Terceiro Setor, e problematizar o Serviço Social na instituição mencionada. A pesquisa é de natureza bibliográfica e de abordagem qualitativa.

Palavras-chave: Terceiro Setor; Serviço Social; Sociedade Civil; Políticas Sociais; Estado.

ABSTRACT

This Course Conclusion Paper aims to analyze the work of the social worker at APAE/Ouro Branco. Therefore, it is necessary to promote discussions related to the reconfiguration of the State's role in the provision of social policies, emphasizing the emergence of Third Sector entities and Public-Private Partnerships. Such strategies contribute to reducing the size of the state in promoting social rights. This whole trajectory of making the state minimum for social and maximum for capital begins with the neoliberal reforms that began in the 1990s. This period was marked by a series of privatization of state-owned enterprises, relaxation of social and labor rights, closing jobs and increased income concentration. According to the prevailing discourse, the transfer of social actions to the Third Sector supplies the services that cannot be satisfactorily performed by the State. The state, in turn, is considered a rigid, inefficient, time-consuming and bureaucratic machine and must be modernized through management administration. With the new market-oriented reforms, an unprecedented path is opened for the dismantling of rights hard won through secular struggles. The research sought to analyze the challenges and possibilities of action of the social worker at the APAE Ouro Branco. To this end, the investigative course departed from the conceptions of state, civil society and the analysis of the function of social policies of capitalism. This research path served to guide the approach related to the work of the social worker in the Third Sector, and to problematize the social work in the mentioned institution. The research is bibliographic in nature and qualitative approach.

Key words: Terceiro Setor; Serviço Social; Sociedade Civil; Políticas Sociais; Estado.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

FHC – Fernando Henrique Cardoso

JK – Juscelino Kubitschek

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

NOB – Norma Operacional Básica

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PL – Projeto de Lei

PPP – Parceria Público-Privada

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1 – ESTADO, SOCIEDADE CIVIL E POLÍTICAS SOCIAIS	11
1.1 Gênese das políticas sociais no Brasil	16
1.2 Consolidação de políticas sociais para pessoas com deficiência	23
1.3 Desmonte das garantias constitucionais	28
1.3.1 A emergência do terceiro setor	31
1.3.2 Parceria público-privada - Modelo neoliberal de intervenção social.....	36
CAPÍTULO 2 – O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO TERCEIRO SETOR	39
2.1 Histórico de criação da APAE e sua proposta de atuação	45
2.2 A atuação do assistente social na APAE de Ouro Branco	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS.....	59

INTRODUÇÃO

A delimitação da temática de estudo apresenta relação com a minha experiência de estágio na APAE de Ouro Branco/MG. Deste modo, através da vivência na instituição em questão, foram reunidas ideias e interesses pela composição do presente Trabalho de Conclusão de Curso. Considerando o cenário de crescente participação das instituições do Terceiro Setor no provimento das políticas sociais, o presente estudo discute o trabalho do assistente social na APAE de Ouro Branco – MG, contemplando os desafios e possibilidades da sua intervenção nesta seara institucional. Esta crescente influência das Organizações Não-Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), fundações e demais entidades na prestação de serviços sociais ocorre, sobretudo, a partir das reformas neoliberais.

Os rebatimentos mais significativos das reformas neoliberais alcançaram o Brasil na década de 1990. É neste período que temos a reforma gerencial do Estado, realizada por Luiz Carlos Bresser-Pereira, Ministro da Reforma do Estado, durante a Gestão de Fernando Henrique Cardoso. Bresser-Pereira defendia a redução do Estado em determinados setores, sobretudo, de cunho social, salientando que apenas setores considerados estratégicos deveriam ser operacionalizados pelo Estado.

A máquina estatal era concebida como incapaz de promover todos os serviços de qualidade para os “cidadãos-cliente”. A reversão desse quadro somente seria possível com a transformação da administração burocrática em administração gerencial. Neste sentido, as Organizações não governamentais e as Organizações (ONGs) da sociedade civil de interesse público (OSCIPs) ganharam forte visibilidade durante a reforma gerencial.

As políticas sociais passaram a integrar o crivo da “refilantropização” e da comercialização, sofrendo o esvaziamento de seu sentido enquanto conquista democrática e cidadã. Com a institucionalização do chamado Terceiro Setor, defendia-se uma nova conformação de consenso social. Os grandes defensores e propagadores da ideia de implantação do Terceiro Setor, como D. Rockefeller,

sinalizavam a existência de uma nova configuração de cidadania e democracia, distanciada do conflito entre as classes e voltada para o progresso coletivo.

Devemos considerar que a dissolução da União Soviética, com a queda do muro de Berlim, em 1989, contribuiu fortemente para a difusão da ideia de que os conflitos de classes foram esvaziados, não sendo necessário, portanto, tratar dos espectros políticos esquerda e direita. A partir dessa trajetória, a defesa da propriedade coletiva dos meios de produção constitui alvo de críticas. Não há espaço para a igualdade social, mas para a defesa da justiça social, conforme explica Marilena Chauí (1999).

Passando a integrar a chamada “terceira via” defendida por Giddens (1999), ou seja, uma terceira instância além do Estado e do mercado, voltada para a modernização da economia, do sistema político e do bem-estar social, por meio das instituições do Terceiro Setor busca-se a harmonia na democracia e no capitalismo. Quando na verdade, ocorre a forma velada de legitimar a ordem vigente.

Outra experiência advinda com as reformas orientadas pelo mercado é a formulação das Parcerias Público-Privadas. O Estado estabelece vínculos contratuais com a iniciativa privada na prestação de serviços para a sociedade. Trata-se de uma modalidade de privatização muito presente na prestação de serviços de saúde e na administração de presídios. A iniciativa foi aprovada por meio da promulgação da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

No campo da assistência social, o estabelecimento de parcerias entre o Estado e instâncias privadas contribui massivamente com a fragmentação dos serviços assistenciais. Desta forma, a assistência social é concebida como estratégia para mitigar os efeitos do capitalismo, por meio de ações seletivas e focalizadas.

Assim, a APAE integra uma entidade do Terceiro Setor que absorve as demandas sociais relegadas pelo Estado. Este processo de transferência do enfrentamento das mazelas da “questão social” para a iniciativa privada revela a face mais perversa do Estado, que se propõe a ser mínimo para o social e máximo para o capital. Os rebatimentos negativos não recaem apenas sobre o escopo das

políticas sociais, que se tornam cada vez mais seletivas e focalizadas, mas também recaem sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais.

A precarização da categoria dos assistentes sociais é revelada através dos baixos salários; da precariedade dos contratos de trabalho, condição que provoca a descontinuidade dos projetos, programas e demais ações profissionais do assistente social; dos limitados recursos humanos e financeiros concentrados pela instituição. Esta complexa dinâmica requer do assistente social a constante reflexão sobre as transformações sociais que trazem rebatimentos para intervenção profissional, a construção de mediações e postura crítica diante da realidade social.

O objetivo geral do estudo é explicitar os desafios e possibilidades da prática profissional na apae de ouro branco-MG. Dentre os objetivos específicos, estão: Discutir sobre os conceitos de Estado, Sociedade Civil e a funcionalidade das Políticas Sociais no modo de produção capitalista, explicitando a consolidação das políticas sociais para pessoas com deficiência; descrever o processo de desmonte das garantias constitucionais, salientando a emergência do terceiro setor no provimento das políticas sociais e dissertar sobre a atuação do assistente social na APAE de Ouro Branco, de modo a abordar o histórico de criação da instituição e sua proposta de atuação.

A pesquisa em tela está dividida em dois capítulos . O primeiro capítulo versa sobre as concepções de Estado, sociedade civil e explicita a funcionalidade das políticas sociais no modo de produção capitalista. O segundo capítulo dispõe de uma discussão atinente à atuação do assistente social no Terceiro Setor e busca apresentar o trabalho do assistente social na APAE de Ouro Branco – MG.

Em relação à metodologia, trata-se de uma ferramenta central para a elaboração de uma pesquisa científica. Para Minayo (2007, p. 44), a metodologia,

É a discussão epistemológica sobre o “caminho do pensamento” que o tema ou objeto de investigação requer; b) como a apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas à indagação; c) e como a “criatividade do pesquisador”, ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de respostas às indagações específicas.

O trabalho utilizou a pesquisa bibliográfica, que conta com material já elaborado acerca do problema de pesquisa, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Este tipo de pesquisa permite ao pesquisador, investigar uma gama de fenômenos (GIL, 2008).

Para a coleta de dados, foi adotada a técnica bibliográfica, que por sua vez “explica um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos [...] busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas sobre um determinado assunto, tema ou problema” (BEUREN, 2006, p. 86).

Dentre as bases de dados utilizadas para a busca de informações para a investigação bibliográfica, podemos mencionar os seguintes periódicos: a Revista Katalysys, na qual encontramos 2 resultados relacionados ao termo “ONG”, 15 resultados relacionados a palavra “Terceiro Setor”, e nenhuma busca ligada ao termo “APAE”. Na Revista Argumentum, encontramos 2 resultados com a palavra-chave “ONG”, nenhum resultado com o termo “APAE” e nenhum resultado relacionado ao termo “Terceiro Setor”. Já na Revista Em Pauta, o único resultado correspondente diz respeito a um achado relacionado ao Terceiro Setor. O maior retorno de buscas foi obtido através do acesso ao catálogo de teses da CAPES, através do qual constatamos o registro de mais de 1.406 resultados relacionados ao termo “ONG”. Neste catálogo, encontramos 297 resultados relacionados à palavra-chave “APAE”, e cerca de 484 resultados a partir do uso da palavra “Terceiro Setor”. Observando os dados encontrados percebe-se que apesar de se tratar de um tema relevante para o Serviço Social existem poucos trabalhos nas revistas da área.

CAPÍTULO 1 – ESTADO, SOCIEDADE CIVIL E POLÍTICAS SOCIAIS

Considerando o crescente processo de transferência das funções do Estado para instituições privadas e outras instâncias em um contexto atravessado pela emergência da ideologia neoliberal, por vezes nos parece que o Estado é comprometido com os interesses da classe dominante. Todavia, estaríamos adentrando em um grande equívoco ao associarmos o Estado exclusivamente à classe burguesa, já que se trata de uma instância complexa e contraditória. Deste modo, a presente etapa de discussão abarca os conceitos de Estado desenvolvidos por Marx, Lênin e Gramsci a fim de refletir como se constroi esta instância. Posteriormente, adentraremos na abordagem acerca da sociedade civil, ancorando-se na perspectiva gramsciana. Trataremos também da função que as políticas sociais assumem no modo de produção capitalista.

Uma vez que o Estado se mostra enquanto instância contraditória, no tocante às políticas sociais cabe destacar que estas ora são vistas como instrumentos de manutenção e controle da força de trabalho, ora como conquista da classe trabalhadora e ora como arranjos do bloco no poder (FALEIROS, 1991). No entanto, é necessário evidenciar que não há políticas sociais sem movimentos de lutas sociais. Vamos evidenciar com maior propriedade em que consistem as políticas sociais na presente discussão, antecedendo a abordagem que irá trazer contribuições acerca do surgimento da política social brasileira.

Para explicitar o processo de desresponsabilização do Estado sobre a área social e conseqüentemente em relação às políticas sociais, consideramos primordial uma incursão ao conceito de Estado. Trataremos também de importantes reflexões relacionadas ao conceito de sociedade civil. É importante estabelecer análises relacionadas ao termo, principalmente em virtude dos tratamentos polivalentes que a categoria sociedade civil vem adquirindo nos últimos tempos.

No pensamento marxista, as contribuições teóricas relacionadas ao conceito de Estado inspiram-se em Rousseau, a partir da ideia de participação direta nas decisões gerais; em Smith, com base na economia britânica e; em Hegel, cujo idealismo objetivo Marx se oporá, irá inspirar-se na dialética e na historicidade (HERRERA, 2011). Por esta base conceitual, Marx elabora a sua postura crítica em

relação ao formalismo do jogo político burguês, rechaça a ideia de que o Estado está acima das contradições entre as classes sociais e o concebe, nas palavras de Lukács (1979, p. 73) como “uma instância autoimpulsionada pela acumulação centralizada de capital”.

Aos poucos, Marx começa a entender o Estado como instância separada e oposta à sociedade civil. Para tanto, Marx parte de uma concepção de homem cuja essência, para ele, é solidária, coletiva, mas é obrigado a seguir sua existência real, feita de individualismo e egoísmo, ocorrendo uma cisão interna do homem com o ser coletivo (HERRERA, 2011).

De acordo com Herrera (2011), no tocante à crítica da religião e do Estado, Marx irá caminhar do liberalismo hegeliano para o universalismo democrático e, enfim, para o comunismo. Sua concepção acerca do Estado sofrerá profunda mudança, surgindo uma concepção instrumental do Estado, como instrumento de classe, nascido da história da luta de classes, em contraposição à democracia burguesa, que é uma representação ideológica e jurídica do Estado de direito. Para Marx, o Estado prescinde da organização da classe dominante.

Sendo assim, o Estado é expressão da classe dominante, classe esta que o captura por intermédio dos mecanismos econômicos de subordinação, a saber, a dívida pública, pelo jogo da alta e da baixa dos valores do Estado na bolsa, do crédito comercial concedido ao burguês. A burguesia torna-se classe dominante no Estado e, não pelo Estado (HERRERA, 2011).

Nossa concepção de Estado encontra respaldo na obra *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (Marx, 2011). Em tal obra o conceito de Estado é complexificado em razão do reconhecimento de diferentes classes e frações de classes por parte de Marx (COUTINHO, 1996). Para Marx (2011), o Estado passa a ser tratado como um bloco que não se centra em apenas uma classe, mas em distintas classes. No entanto, as classes que o controlam com maior expressividade são as que detêm maior representatividade política. Nesse sentido, as classes detentoras de maior controle conseguem impor a sua marca no funcionamento do Estado. Portanto, o Estado carrega consigo a marca da classe burguesa.

De acordo com Potyara Pereira (2009), disso decorre que devemos interpretar o Estado através das suas interdependências, uma vez que é por meio da relação com a sociedade que o Estado abrange todas as classes sociais, assumindo distintas responsabilidades, inclusive atendendo demandas da sociedade em seu conjunto (não apenas de uma classe). Sendo assim mesmo sendo dotado de poder coercitivo, o Estado não é exclusivo da classe dominante. Pode realizar, por exemplo, ação protetora, mas desde que seja pressionado e controlado pela sociedade.

O Estado mantém relações contraditórias com as classes sociais. Embora apresente um caráter de classe, tem que se relacionar com todas as classes sociais para construir sua base de sustentação. É por isso que o Estado assume atribuições contraditórias, pois é ao mesmo tempo uma relação de dominação sobre as classes subalternas e uma instituição reguladora e mediadora dessa mesma dominação (PEREIRA, 2008).

Para Lênin (2009), o Estado corresponde à expressão do antagonismo inconciliável entre as classes sociais. Esta afirmação está embasada no texto de Engels, “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”. Nesta obra Engels (2018) sustenta que o Estado não é uma força imposta externamente, não é tampouco, a realidade da ideia moral, a imagem e a realidade da razão conforme salientava Hegel. É um produto da sociedade numa certa fase do seu desenvolvimento.

Por esta lógica o Estado surge como órgão de dominação nas sociedades divididas em classes. É uma força que emana da sociedade, situando-se por cima dela e dela afastando-se cada vez mais. Para Lênin, no entanto, há uma deturpação do marxismo por parte dos revisionistas, estes veem o Estado como um conciliador das classes, mas tal conciliação não é possível no âmbito do modo de produção capitalista (LÊNIN, 2009).

Referindo-se ao sistema produtor das relações econômicas e criador dos antagonismos entre as classes sociais, Marx passou a identificar a sociedade civil como a esfera da infraestrutura econômica, a base sobre a qual se ergue a superestrutura política, jurídica, cultural e ideológica. É importante enfatizar que

Marx distingue a sociedade civil do Estado. Para Marx a sociedade civil compreenderia as relações materiais de produção, ou seja, a estrutura. O Estado moderno, cumprindo a/s função/ões de regular a contraditória relação entre capital e trabalho estaria localizado na superestrutura. Esta seria a forma de dominação ideológica e institucional, que comportaria também o direito, a religião, ideias e costumes.

Para o italiano Antônio Gramsci, a sociedade civil está situada na superestrutura, sendo constituída pelos chamados aparelhos privados de hegemonia, ou seja, por um conjunto de organismos e instituições privadas (instituições de ensino, instituições religiosas, sindicatos, imprensa, centros culturais), que exercem a função de hegemonia. De acordo com Pereira (2009), na sociedade civil, não prevalece a força, mas a direção cultural e espiritual realizada pelas classes dominantes. Desta forma, a hegemonia é exercida de maneira consensual. Na sociedade civil estão presentes as instituições responsáveis pela difusão de valores e ideologias. Nesta dinâmica, a classe dominante busca atrair aliados para os seus projetos através da direção e do consenso.

Também situada na superestrutura, a sociedade política representa o momento da coerção e da força protagonizadas pelo Estado. Neste ordenamento está presente o Estado restrito da concepção marxiana, ligado às forças armadas, policiais e à execução das leis. A sociedade civil e a sociedade política, portanto, para Gramsci compõem o chamado Estado ampliado. Neste sentido, podemos evidenciar que Gramsci amplia o conceito marxista de Estado ao incluir a sociedade civil (COUTINHO, 1996).

Sob a ótica neoliberal, o conceito de Sociedade Civil adquire novos contornos. Aquela sociedade civil composta por movimentos sociais e populares, sindicatos, partidos políticos, dentre outras formas de organização que protagonizaram o processo de redemocratização a partir dos anos 1970, perdem espaço para o conceito de “sociedade civil organizada”, e essa modalidade de sociedade civil passa a se chamar “Terceira Via”, enquanto o Estado e o mercado ocupariam a primeira e a segunda via, respectivamente.

De acordo com Coutinho (1996) sociedade civil e sociedade política constituem uma totalidade única, sendo separadas apenas para fins didáticos. Estas duas instâncias exercem distintas funções na organização da vida social, o que torna o Estado uma instituição contraditória, pois ao mesmo tempo em que exerce a dominação, também utiliza o consenso para criar sua legitimidade perante à sociedade, tendo que atender também demandas das classes subalternas. E ao atender as demandas dessas classes, o Estado produz suas respostas às lutas sociais. Neste sentido as políticas sociais e os direitos sociais e trabalhistas, mesmo constituindo estratégias anticíclicas contra possíveis ocorrências de crises econômicas, foram produtos da mobilização da classe trabalhadora, que reivindicou “por dentro da ordem”, melhores condições laborativas, redução da jornada de trabalho e acesso a direitos.

Além disso a dinamização econômica nos países de capitalismo central, sobretudo, o caso do contexto europeu, sucedeu-se a partir da exploração dos países da periferia do capitalismo . Deste modo, as desigualdades impetradas pelo modo de produção capitalista manifestam-se globalmente, de modo a haver nações que se nutrem do excedente econômico escoado pelos países de capitalismo periférico. As nações que protagonizaram a saída clássica do feudalismo para o capitalismo, foram as que também protagonizaram as primeiras conquistas em matéria de direitos sociais e trabalhistas. Deste modo, no contexto europeu, a luta frontal entre as classes fundamentais do sistema capitalista irá desenvolver novas formas de intervenção do Estado burguês (a exemplo da implantação das políticas sociais), ele mesmo sofrerá modificações, ampliando sua autonomia para garantir a reprodução do capital, garantindo também ganhos pontuais para a classe trabalhadora que, já no século XIX se organiza em sindicatos e partidos políticos (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Em síntese, o Estado e a Sociedade Civil são instâncias que adquirem cada vez mais complexidade na medida em que o sistema reprodutor de mercadorias se complexifica. Com as constantes transformações do modo de produção capitalista, as contradições entre as classes sociais adquirem novos contornos. Neste sentido, o Estado atua como regulador dessas complexas contradições, não podendo ser considerado uma instituição exclusiva da classe dominante, pois embora tenha caráter classista, exerce relação com todas as classes sociais a fim de construir sua

base de sustentação. Assim, as políticas sociais constituem uma iniciativa que parte da necessidade de o Estado regular a relação entre capital e trabalho, ao mesmo tempo que representam o resultado da luta da classe trabalhadora.

No tocante ao conceito de sociedade civil, Gramsci o refunde a partir da realidade social do século XX, ou seja, da sociedade contemporânea. No período, o autor observa a ampliação dos espaços de luta de classes, em sua íntima aproximação com o Estado. Logo, a sociedade civil, além de ser inseparável da luta de classes, integra o Estado ampliado.

Na discussão seguinte iremos ressaltar a trajetória de consolidação da política social brasileira, uma experiência que não se coaduna com a vivenciada nos países de capitalismo central.

1.1 Gênese das políticas sociais no Brasil

Na transição de uma sociedade rural-agrária, baseada no regime execrável de trabalho escravo do povo negro africano para uma sociedade urbana-industrial, baseada no trabalho livre, o Brasil conviveu com a “reacomodação das velhas estruturas de poder. Formou-se uma burguesia minada a partir de dentro pelos interesses da burguesia estrangeira” (FERNANDES, 2005, p. 45). Isto significa afirmar que a burguesia brasileira optou pela associação dependente com o imperialismo, dispensando a democratização das terras brasileiras e o desenvolvimento do mercado interno. Deste modo, ao contrário das burguesias europeias que se desenvolveram numa relação de conflito com as classes proprietárias rurais, um segmento significativo da burguesia brasileira teve o setor agroexportador como sua gênese (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

No Brasil a “questão social”¹ era tratada como caso de polícia até a década de 1930. Neste sentido, as classes subalternas eram constantemente perseguidas, reprimidas e criminalizadas pelas forças policiais. Conforme elucidam Berhing e Boschetti (2011), os pobres eram alvos de procesos de “higienização social”. A tentativa de ocultar os pobres dos espaços urbanos era parte da estratégia do poder

¹ Colocamos a expressão questão social entre aspas por concordar com Netto (2007), que assim procede para diferenciá-la da apropriação que dela pelo ideário burguês. “A ‘questão social’, nesta perspectiva analítica, nada tem a ver com o desdobramento de problemas sociais que a ordem burguesa herdou ou com traços invariáveis da sociedade humana, tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital” (NETTO, 2011, p.158).

público durante o processo de urbanização e industrialização do país. Logo, no início do século XX, as ações sociais não apresentavam *status* de direito. As ações caritativas e sustentadas no dever moral religioso herdadas dos tempos coloniais ainda apareciam como principais pontos de refúgio para o pobre.

Assim, as práticas caritativas e pontuais das Santas Casas de Misericórdia, sustentadas num pretense dever moral e cristão, eram voltadas para atendimento de necessidades apenas da população mais pauperizada. Deste modo grande parcela da população ficava sem qualquer expectativa de acesso a recursos que favorecem a sua condição de vida e trabalho.

A inserção do país no mercado capitalista mundial não rompeu com formas tradicionais de produção, pois a monocultura foi mantida. Não houve a formação de uma elite industrial que rompesse com o passado e impulsionasse as forças produtivas rumo à industrialização. Pelo contrário, o que se processou no país foi a conhecida “modernização conservadora” que segundo Santos (2012, p. 34), “[...] legaram ao regime político brasileiro uma característica de excepcionalidade de democracia”. Essa característica, conforme já explicamos, é devida à permanência das formas produtivas tradicionais.

Essa modernização conservadora esteve acompanhada pelo crescente processo de higienização social e de criminalização da pobreza. Conforme já frisado, logo nas três primeiras décadas do século XX, a “questão social” era tratada como “caso de polícia”. Após este período, de acordo com Draibe (1989), estava em evidência além da mudança demográfica, o crescimento econômico e a participação do setor público na prestação de serviços sociais, ao quais serão ressaltados mais adiante. É necessário explicitar, entretanto, que esse processo de construção das políticas sociais iniciado a partir dos anos 1930 ocorre de forma desigual, uma vez que a proteção social garantida pelo Estado amparava apenas os trabalhadores formais.

Vargas utilizou a política trabalhista como forma de controle social e político dos trabalhadores urbanos, sobretudo, aqueles trabalhadores ligados à industrialização do Brasil. Assim, os trabalhadores passaram a ser controlados pela

Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), decretada em maio de 1943 (DRAIBE, 1989).

Podemos notar, que a exclusão da população dos destinos políticos da nação, as disputas entre as elites agrárias e industriais, do capital nacional e internacional, conduziram o Estado a algumas ações de cunho paternalistas, cooptando as massas para o projeto desenvolvimentista². Neste sentido, as iniciativas desenvolvimentistas foram típicas do período Getulista. Seu compromisso na verdade era com os interesses do capital e das elites agrárias do país, uma vez que Vargas se comprometeu com o pacto nacional – desenvolvimentista, assumindo estratégias de desenvolvimento industrial, mas não abandonando os interesses da oligarquia (BRESSER PEREIRA, 2009). Deste modo, mesmo com o investimento em indústrias de base (siderurgia, metalúrgica, setor de energias), precisamos salientar que Vargas garantiu os interesses dos setores oligárquicos através da adoção de uma política externa agroexportadora.

Essa estratégia política de destinar migalhas aos pobres e manjares aos ricos levou Getúlio Vargas a ser considerado o “pai dos pobres” e a “mãe dos ricos”. Vargas promulgou uma legislação trabalhista para a população, sem alterar a política de incentivos ao café, e não garantiu direitos ao trabalhador rural, que constituía a maioria da população do país naquele momento (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Vale chamar a atenção para o fato de que Vargas assumiu o poder a partir de um movimento civil-militar. Desta maneira, através de uma oposição armada, Vargas ocupa provisoriamente a presidência da república (1930-1934). O estopim para a deflagração da revolta armada em 1930 apresenta relação com o assassinato do candidato à vice-presidente de Vargas, João Pessoa. As marchas protagonizadas pelos militares percorriam do Sul do país (Rio Grande do Sul), o Norte (Paraíba), o Oeste (Minas Gerais) até a região Sudeste (Rio de Janeiro). As marchas deram

² Estamos nos referindo ao projeto de desenvolvimento industrial associado à promoção de direitos sociais. Entretanto, a população eneficiária desses direitos deveria estar vinculada ao mercado de trabalho formal BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

início à Revolução de 30, apoiada por políticos da Aliança Liberal³ e por tenentes (SKIDMORE, 1982).

A postura carismática assumida por Vargas para manter sua legitimidade demandava o investimento significativo em direitos sociais, em contraste com a retração de liberdades políticas (SKIDMORE, 1982). Sua postura centralista implicava na desagregação dos poderes regionais e no fortalecimento do poder nacional (FAUSTO, 1997).

Em 1937, Vargas instaura a Ditadura do Estado Novo, um regime autoritário, nacionalista e que se aproximava dos regimes fascista e nazista europeus. Neste período ocorre a prática de tortura e a perseguição política. De acordo com Schawrcz e Starling (2015), foi durante esse período de exceção que Vargas criou a Justiça do Trabalho (1939) e a CLT, em 1943. A CLT estabeleceu novos direitos trabalhistas, como condições de segurança no trabalho, salário mínimo e descanso semanal remunerado.

Getúlio Vargas apresentava uma relação carismática com as massas, isto é, uma relação direta com o povo, mas não institucionalizada. Defendia um forte nacionalismo econômico e a conciliação entre as classes, e além de centralizar o poder em seu carisma pessoal, mantinha uma rede de troca de favores. São estas características que definem Vargas como uma liderança de cunho populista (NAPOLITANO, 2017). Esse “populismo engendrado por Vargas não concorreu para a plenitude de acesso aos direitos por parte das massas” (LEMOS, 2018, p. 55). Pelo contrário, assegurava melhores condições de acesso à cidadania para os trabalhadores formais, mas ao mesmo tempo fortalecia a burguesia industrial e mantinha um sindicalismo corporativista .

A política de incentivo à industrialização segue após o governo Vargas e ganhará fôlego especial nos anos de 1950. Durante a vigência do governo JK, o incentivo à indústria automobilística entra em cena, juntamente com o investimento em formação de mão de obra para a nova conjuntura econômica que se formava. Este governo, de acordo com Santos (2012), foi amparado por uma política nacional

³ Esta aliança foi estabelecida entre os políticos dos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul e o Partido Democrático de São Paulo. A Aliança Liberal surgiu para fortalecer a chegada de Getúlio Vargas à presidência. (FONSECA, 1989; SKIDMORE, 1982).

desenvolvimentista concentrada na intervenção estatal sob o setor de transporte, energia e comunicação. Neste período, é elaborado o plano de metas contendo os principais setores de investimento. O avanço nas metas foi obtido por meio dos investimentos oriundos do setor público nas áreas de transporte, eletricidade, alimentação, indústria de base e educação (HELBORN, 2010).

O projeto econômico desenvolvimentista somente poderia ser viabilizado por meio do aumento da exploração da força de trabalho e da transferência de renda da sociedade para os setores mais dinâmicos da economia, o que poderia fazer com que JK perdesse o apoio dos setores populares. Entretanto, para não perder o apoio dos trabalhadores, o governo passou a utilizar as políticas sociais como ferramentas de garantia da implantação do seu projeto de governo e para suprir as necessidades da dinâmica de urbanização. Contudo, os aspectos sociais apareciam como complementares ou decorrentes dos resultados econômicos. A visão dominante reiterava que o desenvolvimento econômico traria por consequência, melhorias sociais. A educação deveria responder às necessidades do desenvolvimento industrial. Portanto, a qualificação profissional assumia papel estratégico no projeto desenvolvimentista de JK e a “questão social” não representou preocupação central no governo, já que o plano de metas estava centrado somente em aspectos de cunho econômico (COUTO, 2004).

A política desenvolvimentista de JK foi desencadeada a partir da elevação dos gastos públicos e de uma ampla emissão de moeda. Esta iniciativa gerou uma escalada inflacionária e a desvalorização da moeda brasileira. A classe trabalhadora foi duramente prejudicada, sofrendo o rebaixamento de seus salários e a instauração da carestia, condições que deram origem à greves e mobilizações sociais (LACERDA ET AL, 2010).

Desta forma, o Brasil caminhava cada vez mais em direção à transição de sua base agrária para uma sociedade urbanizada e industrializada, sem que a área social recebesse a atenção na mesma intensidade que a economia e a produção. Este processo ganhou contornos de aceleração com a deposição de João Goulart e a deflagração do golpe militar, de 1964 .

Mas antes de tratar do golpe militar de 1964, é oportuno mencionar brevemente a passagem de João Belchior Marques Goulart pela Presidência da República. Sua posse ocorreu no dia 07 de setembro de 1961, em um contexto de crise econômica, alta inflação, reivindicações sociais e tensões militares. De acordo com Moreira (2011), durante sua gestão foi elaborado um plano de recuperação econômica e desenvolvimento social, o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social. As propostas presentes no documento representavam diretrizes para a elaboração das políticas sociais.

Priorizando investimentos na política de saúde, na visão do governo seria urgente realizar um planejamento para o setor de saúde, objetivando criar um Plano Nacional de Saúde e uma Política Nacional de Saúde adequados à realidade econômica e social do país, e capazes de prestar os serviços médico-sanitários às populações rurais, interioranas e das periferias das grandes cidades. O Plano também previa investimento na alimentação, habitação higiênica, geração de emprego e renda e investimento em educação (SOUZA, 2015).

Podemos elucidar que o governo de Jango defendia um programa que traduzia, quase integralmente, o projeto de Getúlio Vargas. Desta forma, Jango propunha, entre outras iniciativas: defesa dos direitos trabalhistas; políticas sociais direcionadas a garantia de emprego; políticas públicas relacionadas a qualificação para o mercado de trabalho; programa de previdência social ampla; políticas públicas destinadas ao lazer, à saúde, à educação, à proteção à infância e à maternidade; projetos de distribuição de renda; incentivo ao cooperativismo econômico e aprofundamento do processo de substituição de importações (MOREIRA, 2011).

No dia primeiro de abril de 1964 Jango é deposto do poder, uma vez que as articulações entre setores da classe dominante e militar resultaram no golpe civil-militar de 1964.

O regime militar contribuiu, de acordo com Netto (1991), com o fortalecimento da autocracia burguesa, em consonância com o arrocho salarial e a repressão a qualquer tipo de reivindicação social. As políticas sociais “apresentavam” um formato assistencialista e clientelista (DALLAGO, 2007). De

acordo com Vianna (1990, p. 8), “[...] no pós-64, a intervenção social do Estado ganhou dimensões e características bastante nítidas, definindo um perfil específico de política social, de princípios ‘simples’ e coerentes com o padrão excludente de desenvolvimento econômico”.

Desse modo, a nossa modernização adquire um caráter conservador que para Santos (2012, p. 95), tendo como referência os estudos de Netto, representa:

Em primeiro lugar, um traço econômico-social de extraordinárias implicações, o desenvolvimento capitalista operava-se sem desvencilhar-se de formas econômico-sociais que a experiência histórica tinha demonstrado que lhe eram adversas; mais exatamente, o desenvolvimento capitalista redimensionava tais formas (por exemplo, o latifúndio), não as liquidava: refuncionalizava-as e as integrava em sua dinâmica. Na formação social brasileira, um dos traços típicos de desenvolvimento capitalista consistiu precisamente em que se deu sem realizar as transformações estruturais que, noutras formações, constituíram as suas pré-condições. No Brasil, o desenvolvimento capitalista não se operou contra o atraso, mas mediante a sua contínua reposição em patamares mais complexos, funcionais e integrados.

Podemos considerar que na busca das condições estruturais de desenvolvimento do capitalismo brasileiro são vislumbrados três processos fundamentais: a incapacidade de romper com a associação dependente com a economia externa, a incapacidade de desagregar completamente os setores arcaicos, e a incapacidade de superar o subdesenvolvimento ocasionado pela concentração de riqueza (BEHRING, 2008).

Todavia, a ditadura militar encontrou resistência em importantes mobilizações de cunho social e popular. No plano econômico, temos o fortalecimento dos sindicatos, principalmente no ABC paulista, em sua luta por autonomia. No plano social, temos o fortalecimento das associações de moradores, principalmente de São Paulo, apoiados pela igreja católica e grupos de esquerda (SADER, 2001).

A organização dos movimentos sociais e sindicais promoveram o enfraquecimento do regime militar. A partir dos anos 1970 é iniciada uma fase de distensão que será concluída com a campanha das diretas já, com a formação da Assembleia Nacional Constituinte, a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a eleição direta para presidente, em 1989. Além disso, o ápice dos movimentos sociais se evidencia na formação de um partido de massa, o Partido dos Trabalhadores (PT) (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).

Com o início do processo de redemocratização, o Brasil caminha progressivamente para a incorporação de importantes garantias sociais em seu texto constitucional, dentre as quais, saúde, assistência social, previdência social, garantia dos direitos humanos, direitos da criança e do adolescente, proteção à pessoa idosa, direitos da pessoa com deficiência, etc. Todavia, as conquistas sociais incorporadas pelo texto constitucional sofreriam desmontes com a deflagração da hegemonia neoliberal. Essas informações serão explicitadas com mais propriedade nas abordagens seguintes.

Com a redemocratização e a posterior promulgação da Constituição Federal de 1988, é inaugurada uma nova era para a formulação de direitos sociais, sobretudo, a partir do estabelecimento do tripé da seguridade social, composto pelas políticas de saúde, assistência social e previdência social. Assim, a saúde passa a representar um direito garantido universalmente, a assistência é garantida a quem dela necessitar, e o regime previdenciário é contributivo.

É a partir do processo de redemocratização da nação brasileira que grupos sociais organizados como os que lutavam em favor da obtenção de direitos para os deficientes, passam a encampar lutas em busca de políticas sociais para esse segmento. Buscava-se políticas de acessibilidade, educacionais, participação no mercado de trabalho, dentre outras exigências fundamentais para as pessoas com deficiência.

Na abordagem seguinte trataremos da consolidação das políticas sociais para as pessoas com deficiência, ressaltando os primórdios desta iniciativa. Posteriormente, seguiremos com um quadro de discussão atinente ao desmonte das políticas sociais brasileiras.

1.2 Consolidação de políticas sociais para pessoas com deficiência

A primeira experiência brasileira em favor da construção de ações para lidar com a população de deficientes consistiu na criação do “Asilo dos Inválidos da Pátria”. A instituição foi criada no Rio de Janeiro, durante o governo imperial, em um cenário atravessado pelo aumento do contingente de deficientes. Tal dinâmica foi ocasionada, sobretudo, pelo aumento dos conflitos militares (BEZERRA, 2011).

Ainda no século XIX, o avanço na medicina aumentou as possibilidades de tratamento para pessoas que apresentam deficiência física. Entretanto, a deficiência estava fortemente atrelada à área médica. A criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1845, explicita claramente a relação entre deficiência e doença. Destarte, ao longo de nossa história, a deficiência foi tratada em ambientes assistenciais e hospitalares. Eram ambientes que muitas vezes rotavam as pessoas com deficiência como socialmente inúteis e/ou incapazes (SANTOS, 2000).

Segundo Bezerra (2011), já no século XX, diversificando a linha de atuação para lidar com a educação das pessoas com deficiência, são criadas instituições especializadas. Entre elas podemos destacar a Sociedade Pestalozzi de São Paulo (1952) e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE-RJ), em 1954. É neste período que o tema das pessoas com deficiência entra na agenda de discussão em âmbito internacional, após conflitos de grande monta como as duas grandes guerras mundiais e vários conflitos armados, os quais tiveram como um de seus desfechos, grande número de pessoas, soldados ou civis, com deficiência física, sensorial ou múltipla.

Outro fator determinante para a visibilidade do tema no século XX foi o avanço da ciência aplicada à reabilitação das pessoas com deficiência, o que permitiu que um número cada vez mais expressivo de pessoas pudessem permanecer vivas e desenvolver algumas atividades (BEZERRA, 2011).

De acordo com Santos (2000), no dia 20 de dezembro de 1971, foi proclamada a Declaração dos Direitos das Pessoas com Retardo Mental, que defende que “as pessoas com deficiência devem gozar, o máximo possível, dos mesmos direitos que os demais seres humanos” (ONU, 1971). Quatro anos depois, no dia 9 de dezembro de 1975, a ONU proclama a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (ONU, 1975):

As pessoas deficientes gozarão de todos os direitos estabelecidos a seguir nesta Declaração. Estes direitos serão garantidos a todas as pessoas deficientes sem nenhuma exceção e sem qualquer distinção ou discriminação com base em raça, cor, sexo, língua, religião, opiniões políticas ou outras, origem social ou nacional, estado de saúde, nascimento ou qualquer outra situação que diga respeito ao próprio deficiente ou a sua família (ONU, 1975, p.1).

Já no ano seguinte, a ONU aprova a resolução nº 31/123, proclamando o ano de 1981 como o Ano Internacional para as Pessoas Deficientes. O objetivo era incluir o compromisso com a população deficiente na agenda dos países membros e a partir disso, favorecer a formulação de políticas públicas para esse agrupamento populacional.

Essas ações estimularam os países membros, inclusive o Brasil, a desenvolver Políticas Públicas direcionadas à promoção e inclusão de pessoas com deficiência. Entre as inúmeras legislações existentes no Brasil, podemos destacar a Constituição Federal de 1988, que reconheceu a pessoa com deficiência como portadora de direitos sociais, rompendo com o modelo assistencialista; a Convenção da ONU, da qual o Brasil tornou-se signatário, e apresentou significativas contribuições, de modo a criar a Lei nº 13.146/2015, que será discutida em uma seara mais oportuna.

Na década de 1980, o Brasil já contava com movimentos de efervescência social, que comprometidos com a luta em favor da redemocratização, somavam-na com a reivindicação pela obtenção de distintas conquistas, dentre as quais, os direitos das pessoas deficientes. Neste sentido, a pressão de grupos organizados contribuiu para que o presidente Figueiredo assinasse em 1980 um decreto criando a “Comissão Nacional do Ano Internacional das Pessoas Deficientes”. Esta Comissão foi instituída no âmbito do Ministério da Educação e Cultura e apresentava a atribuição de planejar e coordenar, a nível nacional, os programas relacionados ao “Ano Internacional das Pessoas Deficientes”, celebrado em 1981 (BRASIL, 1980).

Conforme elucida Bezerra (2011), foram criadas comissões estaduais para discutir propostas e diretrizes para a efetivação de uma política de ação para toda a década de 1980. Os deficientes e representantes de entidades governamentais participaram das subcomissões, de modo a atender às sugestões da ONU e à filosofia do ano: “Igualdade e participação plena”.

Todo o processo de pressão social em torno da busca por direitos e reconhecimento das necessidades das pessoas com deficiência denota a importância do envolvimento direto das pessoas, que sofrem estigmas e preconceitos sociais, e das entidades representativas na modificação de um quadro social que tardou para receber visibilidade por parte do Estado. Desta maneira, a

partir da organização dos grupos de defesa das pessoas com deficiência, foram lançadas as bases para a construção de direitos, que posteriormente seriam contemplados pela Constituição Federal de 1988.

Em seu artigo 23, a Constituição define como competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios o cuidado com a assistência, a saúde e a proteção das pessoas com deficiência. No campo da educação, preferencialmente na rede regular de ensino, o artigo 208 da Constituição Federal garante o atendimento educacional especializado e a integração social do adolescente com deficiência por meio da convivência escolar (SILVA, 2017).

Foi editada a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, a qual dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência e sua integração social. No entanto, a regulamentação dessa lei viria tardiamente, apenas dez anos depois de sua edição, através do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 (ASSIS, 2005).

O citado Decreto determina as responsabilidades dos órgãos e das entidades do Poder Público na elaboração de ações para a garantia dos direitos das pessoas com deficiência, além das definições sobre “deficiência”, “incapacidade” e “deficiência permanente”. No que tange ao mercado de trabalho, tanto o Decreto 3.298/99 quanto a Lei 7.853/89 estabelecem formas de acesso ao trabalho para as pessoas com deficiência. O Decreto 3.298/99 amplia as alternativas de inserção econômica da pessoa com deficiência, proporcionando qualificação profissional e incorporação ao mercado de trabalho e preza pela garantia do atendimento efetivo das necessidades das pessoas com deficiência, sem o viés assistencialista. Já a Lei nº 7.853/89, em seu artigo 2º, estabelece os seguintes pontos:

- a) o apoio governamental à formação profissional, e a garantia de acesso aos serviços concernentes, inclusive aos cursos regulares voltados à formação profissional;
- b) o empenho do Poder Público quanto ao surgimento e à manutenção de empregos, inclusive de tempo parcial, destinados às pessoas portadoras de deficiência que não tenham acesso aos empregos comuns;
- c) a promoção de ações eficazes que propiciem a inserção, nos setores públicos e privado, de pessoas portadoras de deficiência;
- d) a adoção de legislação específica que discipline a reserva de mercado de trabalho, em favor das pessoas portadoras de deficiência, nas entidades da Administração Pública e do setor privado, e que regule a organização de oficinas e congêneres integradas ao mercado de trabalho, e a situação, nelas, das pessoas portadoras de deficiência.

A Lei nº 8.112/91 preconiza a garantia de reservas de vagas em concursos públicos. Trata-se das políticas sociais de cotas ou de reserva de mercado. Essa política social determina que seja reservado um número de postos de trabalho em instituições públicas e privadas para pessoas com deficiência. Entretanto, no âmbito privado, a regulamentação dessa reserva de vagas de mercado é estabelecida pelo art. 93 da Lei nº 8.213/91, que assegura que para a reserva de cargos será considerada somente a contratação direta de pessoa com deficiência (BRASIL, 1991).

Em 1994 tem-se a concessão do passe livre às pessoas com deficiência para o acesso ao transporte coletivo interestadual. Posteriormente, no ano de 1996, foi criado o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que consiste na garantia de um salário mínimo mensal para a pessoa com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais que comprovem não dispor de meios de prover o próprio sustento (COSTA, 2019).

Segundo Bezerra (2011), em 14 de dezembro de 2006, a Assembleia Geral da ONU aprova a Convenção Internacional para os Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência. O objetivo da comissão é promover e assegurar o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais para todas as pessoas com deficiência.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi aprovada pelo Brasil e obteve o *status* de Emenda Constitucional (BEZERRA, 2011). Nas palavras do autor:

De fato, todos esses acontecimentos serviram para chamar a atenção da sociedade e, conseqüentemente, das autoridades governamentais, para que as políticas de inclusão das pessoas com deficiência fossem pautadas nas ações dos governos. As dificuldades que essas pessoas enfrentam no dia-a-dia é resultado das barreiras que a própria sociedade as impõe e cabe ao poder público e à própria sociedade eliminá-las, garantindo acessibilidade com a remoção de barreiras arquitetônicas, educação condizente com as especificidades de cada deficiência, reabilitação, acesso ao trabalho, capacitação profissional, entre outras (BEZERRA, 2011, p. 12).

A promulgação da Constituição Federal de 1988 demarcava uma nova concepção de cidadania, pautada no princípio da dignidade da pessoa humana, consagrado em seu art. 1º, III (BRASIL, 1988).

Como fundamentos do Estado Democrático de Direito, a Carta Magna incluiu a cidadania, o compromisso com a dignidade da pessoa humana, com a geração de emprego e renda, com a construção de uma sociedade justa e igualitária, além do compromisso com a redução das desigualdades sociais. Neste contexto, as pessoas com deficiência passaram a obter direitos de cidadania, para ampliar suas possibilidades de acesso, por exemplo, ao mercado de trabalho e aos serviços públicos. Assim, as políticas sociais para as pessoas com deficiência objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiência.

Inegavelmente, a população que apresenta deficiência foi contemplada por direitos sociais e por políticas direcionadas à eliminação da discriminação contra essa população. Porém, o contexto de obtenção dessas importantes garantias esteve minado pela eclosão dos ajustes neoliberais, período em que o Estado reduz drasticamente o investimento em políticas sociais.

1.3 Desmonte das garantias constitucionais

No tocante às conquistas constitucionais, que conferiram *status* de direito para as políticas sociais, o Brasil foi arrastado pelas reformas de cunho neoliberal, alavancadas pelos países de economia central, que questionavam os princípios keynesianos e defendiam o ajuste fiscal. Esta experiência trouxe consequências desastrosas para o Brasil, com a retração de direitos sociais, escalada do desemprego, concentração de renda, dentre outros desdobramentos. Por meio da incorporação ao neoliberalismo, o país protagoniza, nas palavras de Behring (2008), a contrarreforma do Estado.

Após a crise do Estado de bem-estar social, adentramos na fase de duras críticas ao Estado de Keynes e defesa do Estado mínimo por parte dos neoliberais, defensores do dismantelamento do movimento sindical, parques gastos sociais, estabilização monetária como meta suprema, rigor na política fiscal, redução de impostos sobre rendimentos altos e desmonte de direitos sociais (BEHRING, 2008).

Convencionou-se chamar de Estado de bem-estar social o período vivenciado pelo contexto europeu, que contava com forte contração de papel moeda, elevado investimento em políticas sociais universais, adoção da política do pleno

emprego e fortalecimento do movimento sindical. Esse período de garantia de políticas sociais universais e de consenso entre Estado, patronato e classe trabalhadora ficou conhecido como “30 anos de ouro” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Nos anos 1980, a era Reagan (EUA) e Thatcher (Inglaterra) alavancaram a hegemonia do capital financeiro, fase que viria aniquilar as conquistas sociais dos trabalhadores das nações de capitalismo central, aprofundando, sobretudo, os traços estruturais dos países de capitalismo periférico, com o desenho do fundo público cada vez mais orientado para o interesse do setor financeiro.

Consideramos pertinente enfatizar que o paraíso terreno europeu foi construído a partir do inferno da exploração absoluta da periferia, América Latina em geral e o Brasil em particular. A contradição do sistema se fazia presente em sua totalidade cindida. De um lado, democracia, cidadania e bem-estar. Do outro, autoritarismo, filantropia e mal-estar. O sonho de atingir o desenvolvimento dos países ricos nos tornou sádicos a ponto de invejar e cobiçar nossos algozes. Como afirma Santos (2006), por sempre pensarmos como europeus, nunca desenvolvemos uma história do ponto de vista da América Latina. Precisamente por isso, precisamos pensar a dinâmica do sistema na periferia, onde a história joga um papel decisivo para entendermos o nosso devir.

A atual fase de desenvolvimento do modo de produção capitalista pode ser denominada de capitalismo especulativo em razão do capital fictício ter alcançado posição predominante em relação ao capital produtivo (CARCANHOLO; SABADINI, 2009). Trata-se de uma fase responsável pelo aprofundamento das contradições sociais. Essa nova fase atravessada pelo modo de produção capitalista evidencia mais um comportamento orquestrado pelas forças do mercado, responsáveis por penalizar, principalmente, as nações mais periféricas economicamente e socialmente. Nas palavras de Marx,

A necessidade de um mercado em expansão constante para seus produtos persegue a burguesia por toda a superfície do globo. Precisa instalar-se em todos os lugares, estabelecer conexões em todos os lugares. A burguesia, por meio de sua exploração do mercado mundial, deu caráter cosmopolita para a produção e consumo em todos os países (MARX, 2012, p.14).

Ressaltemos que a onda de desmonte de direitos sociais atravessou o cenário brasileiro justamente no momento em que o país protagonizava a conquista

da promulgação da Constituição Federal, após um árduo processo de luta pela redemocratização. Assim, após a seara que compreende o processo de redemocratização do Brasil, que culminou na formulação da Carta Magna de 1988, o país é incorporado ao Canto da Sereia do Neoliberalismo, entoado pelos países de capitalismo central. Em concordância com Behring (2008), adentramos na ofensiva da contrarreforma do Estado, defendida pelos adeptos da financeirização do capital, que fazem da crise fiscal do Estado o discurso para alavancar o desmonte dos direitos sociais e trabalhistas, por meio da progressiva reconfiguração do papel do Estado e do fortalecimento de uma política macroeconômica que beneficia as instituições financeiras.

O processo de desregulamentação dos mercados nacionais, a abertura ao movimento de financeirização do capital e uma série de privatizações tiveram início no Brasil a partir da década de 1990. Esta dinâmica iniciou-se, sobretudo, a partir da gestão de Fernando Collor de Melo (1990-1992), sendo aprofundada por FHC (1994-2002) e mantida durante as gestões posteriores.

Para Salvador (2014), toda essa conjuntura de incorporação do país ao ideário neoliberal acabou por aprofundar os traços estruturais do nosso fundo público, de contorno restritivo, tanto pelo viés do financiamento quanto pelo dos gastos sociais e, muito distante das limitadas conquistas da socialdemocracia protagonizadas nos países de economia capitalista central.

O Brasil não vivenciou uma experiência na qual a classe trabalhadora conseguisse retomar politicamente parte do fundo público estatal, por meio da obtenção de políticas sociais de cunho universal, pois ao longo da história do país, parte significativa do fundo público sempre sofreu apropriações do grande capital nacional e do capital estrangeiro (MARANHÃO, 2013).

É indispensável apontar como um dos componentes da contrarreforma, a reforma gerencial, mecanismo fortalecedor dos desígnios perseguidos pela nova dinâmica de acumulação capitalista, e o crescimento das instituições que compõem o chamado Terceiro Setor, dinâmica que passa a atribuir um novo sentido no tocante à responsabilidade do Estado diante da promoção de direitos sociais.

1.3.1 A emergência do terceiro setor

Na contemporaneidade, emerge a crescente expansão das organizações privadas sem fins lucrativos ou não governamentais. Tanto em países de capitalismo desenvolvido quanto em países de capitalismo dependente, estão sendo formadas associações, fundações e instituições similares para prestar serviços sociais, promover o desenvolvimento econômico de uma determinada localidade, impedir a degradação ambiental, defender os direitos civis e realizar outros objetivos.

A partir da década de 1970, ocorrem mudanças na esfera produtiva e nas concepções relacionadas às funções desempenhadas pelo Estado. Estas transformações estruturais não desencadeariam apenas transformações na esfera econômica e política, mas também no âmbito social, com a criação de entidades sem fins lucrativos. Trata-se de uma dinâmica que surge diante da suposta ineficiência estatal no provimento de políticas sociais.

Com a elaboração de programas de cooperação internacional para o desenvolvimento, estimuladas pela ONU, nas décadas de 1960 e 1970 cresceram na Europa ocidental organizações não-governamentais - ONGs voltadas para a promoção de projetos de desenvolvimento em países de terceiro mundo. Nesta empreitada, as ONGs europeias procuraram parceiros e acabaram fomentando o surgimento de ONGs nos continentes do hemisfério Sul (FERNANDES, 2005). Assim, no contexto latino-americano, com maior expressividade a partir da década de 1970, surgem as ONGs com o apoio de agências internacionais.

A institucionalização das atividades filantrópicas, no Brasil, data da década de 1970, mas sua expansão significativa ocorre a partir dos anos 1990. É neste período que podemos falar em surgimento do chamado Terceiro Setor no país (O Estado e o mercado correspondem ao primeiro e ao segundo setor, respectivamente).

Os grupos socioeconômicos e políticos que exercem influência na sociedade estão divididos em três setores, conforme aduz Dagnino (2001): o Primeiro Setor corresponde ao Estado, envolvendo a união, os estados, o Distrito Federal, os municípios, autarquias e demais entidades de caráter público criadas por lei. Neste grupo também estão presentes as entidades privadas controladas pela máquina

estatal. O Segundo Setor corresponde às empresas e sociedades empresariais detentoras de capital e com finalidade de obter lucro.

Por fim, o Terceiro Setor envolve as entidades sem fins lucrativos, entidades que não representam nem o Estado e nem organizações empresariais, a exemplo das ONGs, das OSCIPs, associações/fundações, institutos, cooperativas e entidades beneficentes. Trata-se de uma nova dimensão de filantropia, em que são combinadas ações privadas e governamentais. A eclosão das Organizações Não Governamentais - ONGs e das Organizações da Sociedade Civil de Direito Público (OSCIPs) esteve acompanhada por políticas de estabilização macroeconômica e pela reconfiguração do papel do Estado. Para a perspectiva neoliberal, a instituição estatal colocava-se enquanto ineficiente, morosa e incapaz de fornecer serviços de qualidade para a população.

A tabela abaixo ilustra a organização desses três setores:

Tabela 1 - Setores sociopolíticos e econômicos

1º Setor	2º Setor	3º Setor
Estado/governamental	Mercado/empresas	ONGs
Entidades públicas	Entidades privadas	Entidades privadas
Sem fins lucrativos	Com fins lucrativos	Sem fins lucrativos
Órgãos públicos	Empresário/sociedade	Associação/fundação
a) Organizações de economia mista da administração pública indireta.	a) Empresários; b) Sociedades personificadas ou não-personificadas; c) Sociedades simples ou empresárias.	a) Fins privados com interesse coletivo de grupos sociais restritos; b) Fins públicos com interesse geral de toda a população.

Fonte: PEYON (2004, p. 12)

De acordo com Silva (1977), as entidades do Terceiro Setor são definidas como sendo um tipo de organismo econômico voltado para a produção de serviços, sem o objetivo de alcançar lucro.

A estrutura de fundos de uma entidade sem fins lucrativos pode dividir-se em fundos públicos (nacionais e comunitários), doações privadas (oferta de particulares, mecenato empresarial, peditórios, rifas, eventos, entre outros) e fundos próprios

(vendas de bens e serviços, participações dos utentes, quotas, etc.) (FRANCO et al, 2008).

Para Calegare e Silva Junior (2009), temos uma diferença nos primórdios do Terceiro Setor no contexto norte-americano e no contexto brasileiro. Nos EUA, o componente filantrópico, o associativismo e a independência em relação ao mercado e ao Estado estiveram patentes na conformação do Terceiro Setor. Já no Brasil, o Terceiro Setor nasce sob o crivo da “parceria” entre os setores. Assim, como a privatização, a transferência de serviços sociais para iniciativa privada culmina na redução do tamanho do Estado no provimento de serviços para a população. Neste sentido, os serviços de saúde, assistência, pesquisa científica, defesa do meio ambiente passam a ocupar as instituições que integram o Terceiro Setor, sendo financiadas com recursos públicos.

Entretanto, é a partir da década de 1990, que surgem as regulamentações relacionadas ao Terceiro Setor, definindo as modalidades de instituições que compõem esse setor. No dia 23 de março de 1999, foi promulgada a Lei nº. 9.790/99, conhecida como Lei do Terceiro Setor, de composição definida por entidades de direito privado sem fins lucrativos, apresentando objetivos relacionados à promoção da assistência social, cultura, educação, segurança alimentar e nutricional, combate à pobreza, defesa de direitos, desenvolvimento de estudos e pesquisas e defesa do meio ambiente (BRASIL, 1999).

O ex-ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser-Pereira, durante a gestão de FHC, elaborou o Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado (1995), definindo objetivos e diretrizes para a administração pública, que deveria distanciar-se dos ranços burocráticos, considerados os causadores da perpetuação do patrimonialismo e do clientelismo. Ao elaborar o plano de reforma, Bresser-Pereira demonstrou a sua concepção de Estado enquanto instituição ineficiente, rígida e burocrática. Desta forma, a administração pública burocrática deveria ser em partes, aniquilada em favor da instauração da administração gerencial (BRESSER - PEREIRA, 1996).

As reformas tão exaltadas como capazes de otimizar os gastos públicos atingiram em potencial as políticas sociais, arrastadas para o crivo da

refilantropização, vitimando a população com o crescente afunilamento da assistência social. As estarrecedoras alterações no campo da assistência social contaram com a eclosão de ONGs e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs).

A reforma gerencial abriu caminho para a formulação da proposta de reforma da previdência em 1998⁴, por FHC, que na época entoava o discurso de que a Previdência Social é uma área onerosa que não arrecada as receitas na mesma proporção em que obtém despesas, beneficiando o capital especulativo. Deste modo, de acordo com Boschetti e Salvador (2006), um dos grandes acontecimentos que demarcam o quadro de configurações do capitalismo contemporâneo é a desvinculação de receitas do fundo público para atender o interesse dos credores.

Nessa lógica de crescente perda de soberania nacional, intensificação da vulnerabilidade externa e valorização do capital especulativo, o fundo público reserva os investimentos na seguridade social para o segundo plano, em um cenário de forte disputa. O tripé da seguridade social, composto pelas políticas de saúde, assistência social e previdência social passou a integrar o que Boschetti e Salvador (2006) denominam de “perversa alquimia”, que consiste na retirada de recursos das políticas sociais para sustentar a política econômica neoliberal, na geração de superávits primários com o pagamento de juros e encargos da dívida pública.

A reforma de Bresser-Pereira também lançou impactos negativos na política de saúde. Houve retrocesso no princípio do sistema único de saúde, sob o pretenso argumento de proporcionar maior governabilidade para os gestores de saúde, mas na verdade, insere os hospitais estatais no rol das organizações sociais, transformando-os em entidades públicas não estatais. Esta publicização⁵ permite que essas instituições celebrem contratos de gestão com o poder público.

Trata-se de um procedimento altamente prejudicial aos entes municipais, pois os municípios ficam encarregados de contratar os serviços dos hospitais

⁴ Ocorre uma troca entre o critério de tempo de serviço pelo critério de tempo de contribuição, medida que configura uma maior exigência para a filiação ao sistema previdenciário. Com a crescente dificuldade de inserção no mercado de trabalho, verificamos a elevação da idade para a aposentadoria (SALVADOR, 2005).

⁵ Para Bresser Pereira, Publicizar não é tornar público e sim disponibilizar para os agentes privados da sociedade civil o que é dever do Estado (BRESSER-PEREIRA, 1996).

estatais, e estes passam a compor a lógica da competitividade com hospitais públicos não estatais e com os de natureza privada (BEHRING, 2008). Tais configurações na área da saúde estão presentes na Norma Operacional Básica (NOB SUS), de 1996 (BRASIL, 1996), que promete fortalecer a política de saúde dos municípios, no entanto, os penaliza com a introdução da lógica de mercado ao estabelecer o financiamento da saúde com base nos procedimentos realizados (exames e cirurgias).

A construção da “promessa” do Terceiro Setor” no Brasil e nos demais países em desenvolvimento, contou com forte influência dos organismos internacionais, como o Banco Mundial, uma vez que a experiência norte-americana com instituições sem fins lucrativos data da década de 1950. Naquela nação, formas de satisfação das necessidades sociais, tais como o voluntariado e o associativismo, correspondem não só a uma prática de solidariedade, mas se insere na perspectiva democrática e de cidadania (CALEGARE; SILVA JÚNIOR, 2009).

Para os autores, outro responsável pela disseminação de ideias atinentes ao Terceiro Setor é o governo federal, principalmente na gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o seu ministro Bresser Pereira. Conforme já pontuamos neste estudo, Bresser defendia a substituição do modelo de administração burocrática pelo modelo de administração gerencial.

Segundo Falconer (1999), as organizações que compõem o Terceiro Setor desempenharam um importante papel na redemocratização brasileira, pois as entidades que se identificam como organizações não-governamentais foram as primeiras a formar organizações coletivas e a apresentar sua identidade e seus valores comuns à sociedade, alicerçados à negação do assistencialismo e à defesa dos direitos sociais. No entanto, a conformação adquirida pelo Terceiro Setor na contemporaneidade coaduna com a lógica de focalização das políticas sociais.

Desvendando os mitos que rondam as discussões relacionadas ao Terceiro Setor, Calegare e Silva Junior (2009) evidenciam que essa parceria entre o Estado e as instituições do Terceiro Setor nem sempre é pautada pela ausência de investimentos governamentais, havendo muitas entidades do Terceiro Setor que recebem financiamento estatal. Além disso, está em voga uma crescente profissionalização daqueles que atuam nessas instituições, ou seja, o trabalho no

Terceiro Setor não está sedimentado apenas pelo voluntariado. Esta profissionalização é revelada, sobretudo, a partir do crescimento de cursos de qualificação e de pós-graduação focados no trabalho desenvolvido no Terceiro Setor.

Essas instituições, juntamente com o Estado, contribuem com a manutenção da ordem vigente, mitigando as manifestações da “questão social” sem questionar o sistema que as originou. Ainda que haja algumas entidades de forte atuação política contra o *status quo*, estas sempre se esbarram nos limites apresentados pela sociabilidade burguesa.

Outra forma de transferência das funções originariamente estatais para a iniciativa privada são as Parcerias Público-Privadas, iniciativa também proveniente dos novos arranjos assumidos pelo Estado durante a onda neoliberal. Vejamos como isso se dá.

1.3.2 Parceria público-privada - modelo neoliberal de intervenção social

As Parcerias Público-Privadas (PPPs) formalizaram-se com a promulgação da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2004). De acordo com Oliveira (2007), um dos princípios das PPPs seria ampliar a capacidade de investimento do setor público. Entretanto, a autoridade pública continua sendo responsável pelo serviço prestado aos cidadãos, mas não por todo o investimento. O desembolso dos recursos públicos é iniciado após a disponibilização da infraestrutura criada e após cumpridas as exigências estabelecidas contratualmente.

A emergência desse regime de parceria esteve acompanhada pelas iniciativas privatistas iniciadas no Brasil desde a década de 1990, com o então presidente Fernando Collor de Melo. Na gestão Collor, a Usiminas (empresa do setor siderúrgico) passou para as mãos da iniciativa privada. Na gestão Fernando Henrique Cardoso, as privatizações ganharam ainda mais fôlego, atingindo a Companhia Vale do Rio Doce, uma das maiores companhias de mineração do mundo. Neste sentido, a PPP inaugura uma nova modalidade de privatização.

[...] privatização, em sentido amplo é um conceito que abrange todas as formas pelas quais se busca uma diminuição do tamanho do Estado, podendo abranger a desregulamentação (diminuição da intervenção do Estado no domínio econômico), a desmonopolização de atividades econômicas, a privatização de serviços públicos (quando a atividade deixa

de ser serviço público e volta à iniciativa privada), a concessão de serviços públicos (dada a empresa privada e não mais a empresa estatal) e as contratações de terceiros (contracting out), em que a administração pública celebra ajustes de variados tipos para buscar a colaboração com o setor privado, como os contratos de obras e prestação de serviços (a título de terceirização), os convênios, os contratos de gestão, os termos de parceria. (DI PIETRO, 2011, p. 213).

No campo da política de saúde, a primeira PPP criada no Brasil foi o Hospital de Subúrbio na Bahia. As atividades foram iniciadas em 2010. Trata-se de uma PPP integral, cuja concessionária é responsável pela gestão predial e administrativa e pelo atendimento médico prestado aos usuários. Os hospitais como objeto das PPPs acabam por ceder espaço ao paradigma médico da agenda neoconservadora, focada exclusivamente na assistência médica, desqualificando outras formas de cuidado e promoção da saúde (ALMEIDA, 2017).

A PPP está presente também na área penal. Com a promulgação da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2004), formalizou-se uma modalidade de gestão dos presídios. O poder público e a iniciativa privada realizam um vínculo contratual que deve perdurar por 30 anos. Durante a vigência do contrato, a empresa privada providencia a construção, o financiamento, a administração e a manutenção das prisões (CNBB, 2014).

O Estado paga por cada preso que ingressar nas unidades regidas pela PPP, além de arcar com o pagamento condizente com os encargos de manutenção das condições de vida do detento, a instância estatal fica compelida a pagar o aluguel referente aos custos despendidos pela companhia privada durante a construção da unidade.

A entrada da iniciativa privada no campo das operacionalizações de serviços penitenciários colabora para a agudizar a violação de direitos humanos da população apenada; as companhias privadas não são ferramentas capazes de solucionar os problemas relacionados à superlotação dos presídios, e não são capazes de proporcionar melhores condições de confinamento para os internos.

Podemos evidenciar que as PPPs integram a agenda neoliberal privatizante que está sendo implementada em nível global. O Estado tem protagonizado um crescente definhamento de seu compromisso com os direitos sociais e trabalhistas,

dinâmica que pode ser demonstrada através das propostas atuais de reforma trabalhista, reforma da previdência, privatização de estatais.

Considerando o capitalismo em sua fase contemporânea, entende-se que o fim do século XX traz consigo transformações culturais, políticas e econômicas traduzidas na mundialização do capital, financeirização da economia, neoliberalismo e acumulação flexível – que criaram modificações no modo de viver, sentir e compreender o mundo (NETTO; BRAZ, 2010).

As políticas sociais após período de expansão no início do século XIX passaram, desde o final do século XX a integrar o crivo da “refilantropização” e da comercialização, sofrendo o esvaziamento de seu sentido enquanto conquista democrática e cidadã. Passando a integrar a chamada “terceira via”, as instituições do Terceiro Setor atuam como pilares da modernização da economia, do sistema político e do bem-estar social. Busca-se por meio dessas instituições, a harmonia na democracia e no capitalismo. Quando na verdade, ocorre a forma velada de legitimar a ordem vigente.

CAPÍTULO 2 – O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO TERCEIRO SETOR

Na década de 1970 desenhou-se uma construção de oposição entre Estado e Sociedade civil. Enquanto a esfera estatal representava o aparato promotor de políticas públicas a Sociedade civil se expressaria através dos movimentos sociais e dos movimentos sindicais . A construção teórico-prática de oposição entre esses dois entes demarcava, de acordo com Duriguetto (2005), o fortalecimento da sociedade civil como espaço de plena mobilização da população que buscava, na conjuntura do Estado ditatorial a conquista de direitos e o reestabelecimento da democracia.

Entretanto, conforme explicitado no capítulo anterior, no tocante à consolidação da Constituição Federal de 1988, o Brasil é arrastado por reformas de orientação neoliberal, as quais resultaram na redução da intervenção estatal, que passa a atuar de forma fragmentada na condução das políticas sociais. De acordo com Duriguetto (2005), o jogo de interesses presentes na sociedade faz com que a relação entre Estado e Sociedade civil passe por novas reconfigurações e ganhe novas determinações. Para a autora, a eclosão do Terceiro Setor ocorre, sobretudo, a partir de um tratamento maniqueísta que a ofensiva neoliberal irá atribuir ao Estado, desqualificando tudo que é ligado ao âmbito estatal.

O surgimento do Terceiro Setor é cercado por um contexto histórico determinado, atravessado pelo processo de reestrutuação produtiva, mundialização do capital e desregulamentação dos mercados, perda de direitos sociais e trabalhistas, dentre outros acontecimentos que atestam a nova estratégia da reestruturação capitalista mundial. Para Montañó (2007), a tática de esvaziar determinadas responsabilidades estatais e transferí-las para outro ente culminou na (re)filantropização da intervenção na “questão social”. Nesta seara a “filantropia empresarial”, “responsabilidade social”, “compromisso com a comunidade” compõem as nomenclaturas da imagem que as instituições empresariais disseminam para a sociedade.

O esvaziamento do conceito de sociedade civil e o enfraquecimento dos movimentos sociais, ocorridos principalmente em fins da década de 1990, acarretou na despolitização das demandas sociais. Incide neste quadro o ocultamento das

relações de classes e o esvaziamento da perspectiva de cidadania que assola as políticas sociais, uma vez que prevalece o seu caráter fragmentado e focalizado. Segundo Silva (2013), as ONGs executam políticas sociais focalizadas com vistas a atender os requisitos estabelecidos pelos seus financiadores. Desta forma, instituições, organizações, projetos sociais, entre tantos outros participantes do Terceiro Setor têm suas ações e atividades determinadas por financiadores, dinâmica que gera sérios obstáculos para essas instituições, que devem adequar suas ações e objetivos aos seus patrocinadores (SILVA, 2013).

Neste ordenamento em que os direitos sociais são transmutados em direitos morais, em que as ações do Terceiro Setor não compensam as políticas sociais deixadas pelo Estado, nem qualitativamente e nem quantitativamente, são desenvolvidas ações paliativas voltadas para as necessidades mais urgentes da população, de modo a transformar os direitos sociais em concessões revestidas pelo manto da solidariedade social. É nesta lógica de alteração substancial da orientação e funcionalidade das políticas sociais que podemos evidenciar a atuação do assistente social no plano do Terceiro Setor (ALENCAR, 2009; SILVA, 2013).

Conforme elucida Alencar (2009), a atuação do assistente social no Terceiro Setor corresponde à concretização de um dos impactos oriundos da reestruturação produtiva com a transferência dos serviços sociais para outras instituições. Segundo o autor as novas formas de intervir nas expressões da “questão social” apresentam novas demandas e novos espaços ocupacionais para o assistente social. As competências e atribuições chegam a extrapolar o que prevê a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/93), principalmente em razão da difusão das ideias de solidariedade, fato que desencadeia na “desprofissionalização do atendimento social” (ALENCAR, 2009, p. 458). Além disso, nessas instituições os atendimentos são submetidos ao princípio da seletividade, realidade que altera o significado social do trabalho profissional do assistente social, que deveria prezar pela democratização do acesso aos serviços sociais.

É importante destacar também que os assistentes sociais inseridos no terceiro setor/ONG's tem enfrentado um intensivo quadro de precarização das suas condições de trabalho, sendo submetidos a contratos temporários, baixas remunerações, entre outras situações. Esta realidade compele à categoria

profissional ao aniquilamento em relação ao exercício da autonomia nos espaços institucionais. Isso não significa afirmar que o profissional não dispõe de autonomia para exercer o seu trabalho na instituição, mas que a precarização da atuação do assistente social impõe ainda mais condições às suas possibilidades de intervenção.

Montaño (2012) aponta que em se tratando de um profissional que apresenta relativa autonomia nos espaços ocupacionais, em tempos de precarização das políticas sociais e da própria atuação profissional, o assistente social encontra graves impasses para a consolidação do Projeto Ético-Político Profissional.

É preciso explicitar que, de acordo com dados do censo SUAS, as instituições privadas que compõem a rede socioassistencial não elegem como princípios norteadores os princípios da política de assistência social. Os interesses dessas instituições são ecléticos e a garantia de profissionalização das equipes e a continuidade dos serviços se mostram comprometidos, principalmente em razão da quantidade de voluntários que prestam serviços para a população (BRASIL, 2012).

Destarte, essas instituições integram os espaços deliberativos, como os conselhos gestores de políticas públicas. Além de atuarem na provisão de serviços de baixa, média e alta complexidade, essas instituições integram conselhos que estabelecem pautas de deliberação para a política de assistência social. Neste sentido, segundo Montaño (2012), a precarização estatal está na execução e na formulação das políticas sociais e isso faz com que essas políticas sejam cada vez mais incipientes e focalizadas. Além disso, é crescente o número de instituições privadas ligadas aos serviços de acolhimento institucional, onde muitas vezes o corpo profissional presente não dispõe de competência satisfatória para lidar com uma política de alta complexidade. Nesta seara, a proteção dos direitos humanos e sociais se mostra vulnerável.

No que se refere às atividades desenvolvidas pelo Serviço Social nas instituições do Terceiro Setor, podemos explicitar a realização de encaminhamentos dos usuários entre as várias entidades do Terceiro Setor, ou mesmo entre elas e as instituições governamentais, o que ocorre por meio de parcerias desenvolvidas entre entidades filantrópicas, e entre estas e o Estado. Há ainda, a captação de voluntários, sendo comum nessas instituições o desenvolvimento de ações através do voluntariado, tendo em vista a difusão dos valores de solidariedade no meio

social. Segundo Yamamoto (2009), essa difusão não acontece de maneira neutra, pois traz em si interesses que promovem polarizações na sociedade, principalmente com base no discurso da coesão social, da complementariedade entre as classes, da unidade entre empresário e trabalhador, entre Estado e sociedade civil. Nessa perspectiva, de acordo com a autora, o caráter de classe da “questão social” torna-se menos tangível, o que reforça a concretização do projeto burguês na sociedade.

Ao profissional de Serviço Social são exigidas competências como a gestão de programas sociais, demanda que implica no desenvolvimento de conhecimento relacionado ao planejamento, formulação e avaliação de políticas sociais. Há uma significativa tendência de expansão das funções socioinstitucionais do Serviço Social para a gerência de programas sociais, o que exige do assistente social diversidade de conhecimentos e saberes, a exemplo do conhecimento relacionado ao orçamento público, gerenciamento e avaliação de programas e projetos sociais, legislações sociais, realização de planejamentos, pesquisas, diagnósticos sociais e conhecimento técnico atinente a indicadores sociais, captação de recursos e das demais informações ligadas a conjuntura das relações sociais que envolvem os usuários das políticas executadas pelos assistentes sociais (YAZBEK, 1999).

Nesses espaços o trabalho do assistente social ocorre por meio de práticas filantrópicas, o que para alguns pesquisadores representaria um retorno às práticas profissionais de cunho caritativo. Entretanto a esse respeito, Montaño (2010) tece algumas observações que jamais devem ser esquecidas no tocante ao estudo da gênese da profissão:

Se entendermos a emergência do Serviço Social como produto histórico, síntese de lutas de classes condensadas no projeto hegemônico burguês, quando o Estado toma para si a resposta das sequelas da “questão social” e dentro da divisão sociotécnica do trabalho, a tese de o Serviço Social evoluir (como organização e profissionalização) da caridade e da filantropia é rejeitada; não há evolução ou continuidade direta entre filantropia e Serviço Social, e sim ruptura, descontinuidade. Neste sentido, a reforma (neoliberal) do Estado não promove uma “refilantropização do Serviço Social”. Se este último não surge, não evolui daquela, mal poderia retornar àquilo que nunca foi. Não há, portanto, uma passagem paulatina de práticas profissionais dos assistentes sociais para práticas filantrópicas dos mesmos. O que se processa, na verdade, é uma perda do espaço profissional-ocupacional dos assistentes sociais, que deixa lugar a – porém não evolui em – um aumento das práticas filantrópicas (MONTAÑO, 2010, p. 73).

Neste sentido, segundo Montaño (1999), não é o Serviço Social que retorna ao desenvolvimento de práticas filantrópicas, posto que é rejeitada a tese de que a

profissão tenha sido originada a partir da filantropia. O que ocorre, na verdade, é um redirecionamento do espaço ocupacional do assistente social em que se verifica o aumento da filantropia por instituições da sociedade civil a partir da desresponsabilização do Estado com as ações sociais.

De acordo com Aguiar (2014), podemos elucidar que os postos de trabalho para os assistentes sociais são restritos e, quando existentes, são por vezes precários, apresentam condições e relações de trabalho em conformidade com a manutenção da ordem vigente. Logo, desde sua gênese, o assistente social é inserido em um âmbito conflituoso, que resulta da relação capital-trabalho. Não se tratando, portanto, de um movimento contraditório que condiz apenas com o Terceiro Setor, mas pertencente ao próprio Serviço Social e aos seus demais espaços socio-ocupacionais.

Ao profissional de Serviço Social são determinadas exigências que compreendem diferentes aportes de atuação. O atendimento das demandas exige a articulação entre diferentes dimensões profissionais: a dimensão técnico-operativa, a teórico-metodológica e a ético-política.

A dimensão técnico-operativa compreende a efetivação das ações desenvolvidas pelo assistente social, a intervenção profissional propriamente dita, a instrumentalidade, o conhecimento dos aportes teóricos, os componentes éticos e políticos e explicita o fazer profissional (IAMAMOTO, 2006).

A dimensão teórico-metodológica, por sua vez, explicita a produção de conhecimento, a formulação de estudos e pesquisas que qualificam a intervenção profissional. Esta dimensão possibilita a sistematização teórica e prática do exercício profissional e a definição de estratégias de enfrentamento das desigualdades sociais (IAMAMOTO, 2006). Por fim, a dimensão ético-política compreende os pressupostos presentes no Código de Ética de 1993 e no projeto ético-político. Evidencia a necessidade de a categoria profissional pautar-se na prestação de serviços de qualidade para os usuários, priorizando a democratização do acesso destes a informações que lhes são pertinentes, o compromisso com a defesa intransigente dos direitos humanos e com a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Diante das complexidades apresentadas no âmbito do exercício profissional,

a exemplo da precarização das condições do trabalho do assistente social, há profissionais que afirmam que a teoria e a prática não se associam. Entretanto, discordamos desta assertiva e concordamos com Guerra (2000), para quem a afirmação de que “a teoria é diferente da prática” é proveniente de concepções equivocadas que surgem rotineiramente na intervenção profissional, pois não existem práticas sem componentes teóricos que lhes proporcionem sustentação.

No campo da assistência social, a iniciativa privada tem sido substitutiva e não complementar ao Estado, havendo a promoção do acesso desigual dos usuários aos direitos assistenciais e o financiamento do setor privado por parte do Estado (DAMIÃO, 2013). O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) assegura a participação das organizações do terceiro setor no provimento das políticas sociais, conformando parte de seu princípio de descentralização. Esta publicização tem sido crescentemente utilizada como parte integrante da reforma neoliberal em curso e está em sintonia com a reestruturação do capital (MONTAÑO, 2012).

A descentralização administrativa e a privatização e a transferência para o “terceiro setor” das respostas às sequelas da “questão social” (mal denominada pelo ex-ministro Bresser Pereira de “publicização”) repercutem negativamente no aumento tendencial do nível de desemprego profissional, na precarização das condições de trabalho, nas condições de emprego. [...] procede-se tanto a uma precarização do atendimento estatal às demandas sociais, como a uma auto-responsabilização pelas respostas às próprias necessidades localizadas, o que se reflete direta e fortemente na base de sustentação funcional ocupacional do Serviço Social. Negar esse fato e fingir que tudo segue sem problemas para nossa profissão é um ato suicida; conformar-se a aceitá-lo como dado e se adequar a ele resulta reprodutor e confirma estas tendências nefastas tanto para os direitos dos usuários quanto para os implementadores das políticas sociais públicas – assistentes sociais [...], entre outros profissionais. O conhecimento crítico deste processo e seu enfrentamento é o único caminho a seguir (MONTAÑO, 2012, p.255-256).

Embora reconheçamos os desafios postos diante da atuação profissional, cabe ao assistente social, pensar o projeto profissional articulado em duas dimensões: De um lado, em condições macrossocietárias que tecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades que vão além da vontade do sujeito individual. De outro, em respostas de caráter ético-político e técnico-operativo – apoiados em fundamentos teórico-metodológicos. É necessário apreender no movimento da realidade, as tendências e possibilidades possíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho (IAMAMOTO, 2006).

De acordo com Iamamoto (2006) as condições de trabalho e relações sociais em que se insere o assistente social articulam um conjunto de mediações que interferem no processamento de ações e nos resultados projetados individualmente e coletivamente, uma vez que a história é resultado de inúmeras vontades projetadas em diferentes direções. Esta consideração faz recordar menções citadas anteriormente, que invocam a atenção para a realidade implicada na construção do projeto profissional do Serviço Social, envolto por uma sociedade onde há projetos societários e profissionais distintos.

Para que o assistente social possa qualificar sua atuação profissional, é necessário compreender as diferentes forças sociais que atravessam o projeto profissional, analisar as organizações e os processos de trabalho nos quais se insere o assistente social a fim de que seja possível, mesmo na condição de trabalhador assalariado, o assistente social propor ações que tenham como horizonte as proposições do projeto profissional crítico.

Na próxima etapa de discussão iremos trazer contribuições relacionadas ao histórico de criação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), bem como seus serviços ofertados para portadores de deficiência intelectual e múltipla.

2.1 Histórico de criação da APAE e sua proposta de atuação

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) nasceu no ano de 1954, estado do Rio de Janeiro, com a chegada de Betrice Bemim ao Brasil, membro do corpo diplomático norte-americano, que tinha uma filha portadora de Síndrome de Down (OLIVEIRA, 2015). Trata-se de uma organização social que apresenta o objetivo de promover a atenção integral à pessoa com deficiência intelectual e múltipla. Atualmente, a instituição está presente em mais de 2 mil municípios que compõem o território nacional. A instituição presta serviços de educação, saúde e assistência social para as pessoas que apresentam deficiência intelectual e múltipla.

Em 10 de dezembro de 1962, fundou-se, em São Paulo, a Federação Nacional das APAES (FEAPAES). Esta federação foi transferida para o Rio de Janeiro quando em 1964, o então presidente Castelo Branco apoiou a construção de

um prédio próprio para a sede da Federação. Atualmente a Federação está localizada em Brasília (OLIVEIRA, 2015).

O símbolo adotado pela APAE é representado pela figura de uma flor cercada por duas mãos em perfil, uma em posição que simboliza o amparo e a outra simboliza a proteção. Vejamos a descrição do símbolo no Estatuto da APAE do Distrito Federal:

Art. 4º – A Apae adota como símbolo a figura da flor margarida, com pétalas amarelas, centro laranja, pedúnculo e duas folhas verdes, uma de cada lado, ladeada por duas mãos em perfil, na cor cinza, desniveladas, uma em posição de amparo e a outra, de orientação, tendo embaixo, partindo do centro, dois ramos de louro, com tantas pétalas quantos forem os estados brasileiros mais o Distrito Federal⁶.

As APAE's constituem entidades beneficentes de assistência social que fazem parte da política de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social - SUAS como prestadoras de serviços socioassistenciais complementares e como co-gestoras e co-responsáveis na luta pela garantia dos direitos sociais das pessoas com deficiência intelectual e múltipla e suas famílias (FEAPAES - MG, 2019).

De acordo com Silva (2000) a APAE foi concebida a partir da inspiração nos preceitos que estão expressos na Declaração dos Direitos do Homem e com base no reconhecimento do intenso prejuízo causado aos portadores de necessidades especiais em virtude da rejeição, discriminação e dos preconceitos sofridos socialmente por esse agrupamento social.

No que se refere à oferta de serviços assistenciais, a promoção da habilitação e da reabilitação da pessoa com deficiência intelectual e múltipla e sua inserção na vida comunitária ocorre através de serviços e programas voltados para a redução das incapacidades, para o desenvolvimento de potencialidades e habilidades para o trabalho, a indução social, a independência, a segurança e o acesso a direitos e participação social (FEAPAES - MG, 2019).

Por integrar o SUAS as APAE's atuam na prestação de serviços de proteção social básica, proteção social especial de média complexidade e proteção social especial de alta complexidade. No âmbito da proteção social básica, os serviços são

⁶ Estatuto APAE/DF. Disponível em <http://www.brasilia.apaebrasil.org.br/>. Acessado em 12/11/2019.

organizados de forma a garantir aquisições progressivas das pessoas com deficiência, em conformidade com o seu ciclo de vida, prevenindo a ocorrência de situações de risco social, assegurando espaços de referência para a convivência grupal, familiar comunitária e social. O público do serviço é composto pelos portadores de deficiência intelectual e múltipla e seus familiares (FEAPAES - MG, 2019).

Dentre os serviços ofertados no âmbito da proteção social básica podemos enumerar o atendimento individual e grupal; acolhida e escuta ativa e qualificada do usuário e da família; visita domiciliar; construção do Plano de Atendimento Individual ou Familiar; promoção de oficinas diversificadas envolvendo música, leitura, vídeo, lazer, grupos focais, teatro, esporte, dentre outros; reuniões com familiares; orientação e apoio aos cuidadores familiares; referenciamento do serviço ao CRAS local; ampliação do acesso à informação; ampliação do acesso a direitos assistenciais; melhoria da qualidade de vida dos usuários e suas famílias (FEAPAES - MG, 2019).

Na proteção social de média complexidade é oferecido atendimento especializado para jovens e adultos com deficiência em situação de dependência ou desproteção social, com a precariedade de cuidados familiares, em situação de abandono e de maus tratos. Esses usuários recebem acompanhamento e assessoramento nas atividades do serviço, mesmo nas atividades programadas fora da unidade. Recebem suporte na locomoção e deslocamento no serviço, na administração de medicamentos, na ingestão de alimentos, na promoção da prevenção de acidentes. Vale destacar que esses usuários recebem referenciamento dos serviços junto ao Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) (FEAPAES - MG, 2019).

Por fim, na esfera da proteção social especial de alta complexidade é ofertado o serviço de acolhimento institucional por meio do qual são atendidos jovens e adultos com deficiência e com vínculos familiares rompidos. Essas pessoas passam a ser inseridas nos serviços de acolhimento institucional, nas seguintes modalidades: abrigo institucional, casa-lar, serviço de acolhimento em república, serviço de acolhimento em família acolhedora. O serviço contribui com a redução da

violação dos direitos humanos, redução do número de pessoas em situação de abandono e acesso a oportunidades (FEAPAES - MG, 2019).

No que se refere ao financiamento, as APAE's são mantidas por meio de recursos provenientes do Governo Federal, Estadual e Municipal. Há ainda, doações externas.

Os recursos são via regra geral, fica assim partilhado; parte do mesmo é da responsabilidade do Governo Federal (Espécie), o Estado por sua vez, vem garantindo a permanência de professores, e o Município – (Professores, merenda e poucos recursos financeiros). No que se refere ao meio externo, conta-se com a voluntariedade das pessoas, bem como, das doações (PEREIRA, 2017, p. 22-23).

Em tempos de regressão dos direitos, estabelecer compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos se configura como um dos desafios a serem enfrentados para a implementação das ações profissionais do assistente social (BARROCO, 2001). A categoria profissional, necessariamente, deve dominar a articulação entre as três dimensões profissionais, mantendo a esperança no alcance de um contexto societário mais democrático, mais justo, mais igualitário, contrapondo-se a qualquer forma de preconceito e discriminação, onde os direitos sociais possam ser acessados universalmente.

Com 65 anos de existências, a APAE sempre esteve voltada para o atendimento das demandas da população que apresenta deficiência intelectual e múltipla. A APAE é regida pela diretoria executiva e pelo conselho fiscal, sendo este composto exclusivamente por voluntários. A instituição é eivada de desafios, constantemente lida com a escassez de recursos e com critérios rigorosos de seleção dos usuários que devem acessar os serviços ofertados.

No próximo item apresentamos a análise sobre atuação do assistente social na APAE de Ouro Branco.

2.2 A atuação do assistente social na APAE de Ouro Branco

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ouro Branco foi fundada no dia 24 de maio de 1984, surgindo da necessidade da comunidade ourobranquense amparar crianças, jovens e adultos excepcionais. O objetivo da

instituição é promover a integração e a orientação dos processos de educação e assistência a pessoas com deficiências.

A APAE de Ouro Branco recebe o nome de Escola de Educação Especial Eduardo Cotta Maciel Dantas e está situada na Rua Travessa da Dedine, nº 45, Bairro Siderurgia, no município de Ouro Branco, no estado de Minas Gerais. A escola preza pela defesa dos direitos humanos, promoção da saúde, educação, esporte e assistência social constituem os principais serviços institucionais. Predomina também a promoção do acesso à cultura e a assistência à pessoa idosa com deficiência.

Dentre os principais serviços viabilizados pela instituição, podemos enumerar: a convivência grupal, social e comunitária; promoção de cuidados pessoais; fortalecimento de vínculos e ampliação das relações sociais; empenho na mudança de valores e atitudes na estrutura da sociedade com relação aos educandos; apoio e orientação aos cuidadores familiares; promoção de oficinas com temáticas diversas.

A instituição busca formular propostas flexíveis e adaptáveis às diferentes realidades, considerando os temas transversais, a exemplo da cultura e da diversidade, as relações sociais, as necessidades dos alunos e das comunidades, questões ambientais, a cidadania, o trabalho e, fundamentalmente, o desenvolvimento da independência e da autonomia desses indivíduos. A APAE alimenta a certeza de que todos os sujeitos sociais são capazes de aprender, desde que jovens e adultos portadores de deficiência também possam gozar da oportunidade de construir diferentes capacidades e se apropriar de conhecimentos socialmente elaborados, criando assim a base para a construção da cidadania e de sua identidade (APAE, 2019).

O referencial curricular proposto visa adequar as habilidades sociais, intelectuais e da vida diária às áreas do conhecimento, com um olhar diferenciado para o público-alvo, ou seja, pessoas que apresentam deficiência intelectual e múltipla. A instituição busca desenvolver nos alunos a curiosidade e a busca pelo conhecimento, por meio de um ensino de excelência e de condições de aprendizagem atualizadas e eficazes (APAE, 2019).

Tendo em vista que o funcionamento das atividades da instituição conta com a atuação de uma equipe multiprofissional, composta por assistentes sociais, psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, educadores físicos e pedagogos. Neste trabalho, conforme explicitado, nos concentraremos no trabalho realizado pelo assistente social na APAE/Ouro Branco.

No contexto da divisão sociotécnica do trabalho uma das possibilidades de atuação profissional do assistente social se inscreve nas instituições do Terceiro Setor. Considerando o caráter profissional e técnico que os serviços disponibilizados por instituições dessa natureza necessitam assumir, destacamos a importância da presença do Serviço Social nesses espaços institucionais.

Inúmeras atribuições compõem o rol de atividades do assistente social na APAE de Ouro Branco, dentre as quais podemos delimitar a acolhida aos usuários dos serviços institucionais, a escuta, articulação com as políticas públicas setoriais, articulação com a rede de serviços socioassistenciais, articulação interinstitucional com o sistema de garantia de direitos, orientação e encaminhamento para a rede de serviços locais, desenvolvimento de estudos socioeconômicos, apoio familiar na sua função protetiva, visitas domiciliares.

O assistente social também faz parte da equipe transdisciplinar encarregada de avaliar os candidatos que procuram atendimento especializado. Além de um assistente social, esse processo avaliativo também é realizado por um fisioterapeuta, um psicólogo e um pedagogo. Esta avaliação funciona como porta de entrada para a matrícula dos usuários, consiste em selecionar pessoas de qualquer faixa etária com atraso de desenvolvimento, deficiência intelectual ou qualquer síndrome genética que acomete o desenvolvimento intelectual.

Na APAE de Ouro Branco o assistente social atua na equipe multidisciplinar do Centro Dia de Referência. Trata-se de um equipamento social voltado para a atenção diurna à pessoa com deficiência em situação de dependência, composta por profissionais da área de Serviço Social, psicologia, fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional e pedagogia. O objetivo desse serviço de convivência é fortalecer vínculos familiares e afetivos, ampliar trocas culturais e desenvolver o sentimento de pertencimento e identidade, de modo a prevenir situações de risco e

exclusão social. A iniciativa busca desenvolver a independência e as potencialidades das pessoas com deficiência intelectual e múltipla.

O trabalho é desenvolvido em conjunto com a família, em uma relação de confiança e acolhimento. Os serviços prestados envolvem ações de acolhida, escuta qualificada, orientação e apoio nos autocuidados, apoio ao desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social, fortalecimento de redes comunitárias de apoio, orientação aos cuidadores familiares, dentre outras iniciativas primordiais para a potencialização da autonomia dos sujeitos atendidos.

No que diz respeito às oficinas que são realizadas na instituição, a assistente social encaminha os usuários para tais atividades. O profissional também busca envolver as famílias nessas oficinas. Neste sentido percebemos que as ações profissionais se concentram no interior da instituição. Havendo poucas atividades externas a APAE .

Cabe evidenciar outros serviços prestados pelo Serviço Social, dentre os quais, orientações acerca do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e sobre o SINDPASSE. O primeiro corresponde ao benefício concedido ao usuário que se enquadra em determinados critérios: deve apresentar renda per capita de um quarto do salário mínimo para acessar o direito de adquirir o BPC, que corresponde a um salário mínimo mensal. Já o segundo refere-se ao transporte gratuito intermunicipal, o qual também é concedido a partir da adoção de critérios correspondentes a renda do beneficiário. Em ambos os casos, o profissional de Serviço Social atua no recolhimento das documentações dos usuários e os direciona para instituições encarregadas de conceder os benefícios.

Para além do ambiente da APAE, cabe salientar as atividades extrainstitucionais. Deste modo, são feitos encaminhamentos de alguns usuários para o programa Jovem Aprendiz. A GERDAU, que é uma empresa siderúrgica da cidade, precisa apresentar em seu quadro funcional, funcionários portadores de deficiência, em conformidade com a Lei nº 8213/91.

A referida lei prevê que empresas com 100 ou mais funcionários tenham entre 2% e 5% de trabalhadores portadores de deficiência. Neste sentido, a organização empresarial conta com a atuação de jovens da APAE para compor o

seu quadro de funcionários. A mediação entre a APAE e a GERDAU é exercida pela instituição Rede Cidadã

Cabe ressaltar que a contratação do assistente social da APAE é regida pela CLT e a sua carga horária de trabalho é de 30 horas semanais. de Ouro Branco O Serviço Social encontra limitações nas atividades realizadas em virtude dos limites da instituição. Além disso, predomina o cumprimento de funções que não correspondem ao Serviço Social, o que demonstra um traço característico da precarização da atuação do assistente social no Terceiro Setor. Destarte, a fragilidade do vínculo empregatício e as correlações de forças presentes na instituição prejudicam a reflexão acerca da prática profissional.

O profissional acaba enfrentando dificuldades para se contrapor às demandas que não correspondem às suas atribuições. Deste modo, podemos avaliar que a dificuldade de haver um reconhecimento da matéria do Serviço Social por parte da instituição pode ser justificada pelas restrições que são impostas ao exercício profissional do assistente social. Ao passo que com o tempo em que se é gasto com outras demandas que não são do Serviço Social, o mesmo poderia ser dedicado por exemplo na elaboração projetos para tentar outras formas de financiamento, inscrevendo a instituição em editais de empresas para tentar arrecadar renda e desenvolver esses projetos, ou também na busca de verbas provenientes de emendas parlamentares para serem investidas na APAE e em sua estrutura seja ela física ou na equipe profissional.

Ao comparecer à APAE as famílias são direcionadas ao Serviço Social, que através de um processo de triagem socioeconômica adquire informações relacionadas à realidade de vida dessas famílias. Em seguida, o usuário é avaliado por uma equipe multidisciplinar. Após a avaliação, o usuário é conduzido à sala de aula, sendo respeitadas as suas necessidades etárias, psicológicas, sociais e de saúde.

Capistrano (2018, p.40) expressa que o Serviço Social na APAE está voltado a prestação de serviços sociais, ou seja :

[...] A área da assistência social na Instituição está voltada para a prestação de serviços sociais, ou seja, orienta os usuários e seus responsáveis, individualmente e em grupo, e inclusive toda a comunidade sobre seus direitos e deveres. Dentre os serviços e diversas atividades do Serviço

Social [...] estão o planejamento e a coordenação e avaliação de planos e projetos sociais relacionados à seguridade social, assistência social, educação, defensoria pública, habitação, etc.

Na instituição, o Serviço Social mantém constante diálogo com os especialistas acerca do grau de frequência e adaptação dos usuários aos tratamentos. A relação multiprofissional no setor clínico é fortalecida durante as reuniões que ocorrem semanalmente. Nas reuniões, são discutidos assuntos que envolvem datas comemorativas, a implantação de novos projetos, as prioridades a serem traçadas pela instituição, as novas demandas que surgem, compromissos a serem reforçados.

Na dinâmica societária capitalista na qual nos inserimos, atravessada pela valorização da produtividade e da eficiência, o sujeito considerado improdutivo é desprezado. Neste sentido, elencamos uma das razões pelas quais a pessoa portadora de deficiência sofre invisibilidade social. Internalizando o ideário do modo de produção capitalista, a instituição aloca em um dos seus quadros de prioridade, a formação para o mercado de trabalho. A partir de então são identificadas as potencialidades dos educandos. De acordo com a APAE (2019), a vinculação da educação profissional ao desenvolvimento da capacidade produtiva serve de base para a APAE educadora quanto à formação do indivíduo.

É importante elucidar que as competências do assistente social estão expressas na Lei nº 8.662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão), em seu artigo 4º, que prevê que o profissional deverá “orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos”. Ainda de acordo com a mesma lei, o assistente social deverá realizar estudos socioeconômicos, prestar orientação social, democratizar o acesso às informações e aos programas disponíveis. São também atribuições do assistente social o treinamento, a avaliação e a supervisão direta de estágio (BRASIL, 1993).

Desta forma, dentre as atribuições do assistente social da APAE/Ouro Branco podemos evidenciar a elaboração, execução e avaliação de projetos. Conforme salientamos, seu trabalho tem início no processo de triagem. Em seguida, os pais/responsáveis ou demais familiares recebem orientações sobre os serviços disponibilizados pela instituição. Além disso, o assistente social é responsável pelo

registro e desligamento de usuários, pela realização de encaminhamentos a órgãos públicos e a rede de serviços especializados.

Consideramos de suma relevância destacar a importância da escuta qualificada durante o acolhimento para a realização dos encaminhamentos. Esta escuta qualificada poderá favorecer ao assistente social a capacidade de elaborar estratégias para o atendimento das demandas dos usuários.

Na maioria das vezes a busca pelos serviços da APAE costuma ser espontânea, ou seja, provenientes dos próprios usuários. Também existem situações nas quais o usuário busca a instituição através de encaminhamentos dos demais serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas setoriais (APAE, 2019).

Convém mencionar que o assistente social se depara com constantes desafios na efetivação do Projeto Ético-Político Profissional no espaço da APAE. O acesso aos serviços ocorre mediante seleção prévia daqueles sujeitos que serão atendidos pela instituição. Assim, a seletividade do serviço contraria o direcionamento da profissão no que diz respeito a ampliação dos direitos e das políticas sociais. Destarte, o Serviço Social precisa articular a demanda institucional com a demanda profissional, uma vez que deve se submeter às prioridades estabelecidas pela instituição para viabilizar as demandas recebidas.

Ainda, dada a limitação de recursos humanos e materiais da instituição, muitos portadores de deficiência múltipla e intelectual acabam por não conseguir fazer parte da dinâmica institucional. Ademais, o maior entrave da instituição tem relação com a limitação dos recursos financeiros, fator que impede a realização de novos projetos.

Mesmo com tais desafios, é possível perceber que o assistente social da instituição está sempre buscando cumprir o que preconiza o Código de Ética Profissional, através do compromisso com a qualidade dos serviços prestados, da escuta qualificada e do comprometimento com o atendimento das demandas dos usuários.

Percebe-se o compromisso da profissional com a qualidade dos serviços prestados, a qual está empenhada em afirmar aos usuários o real sentido do seu

trabalho, contribuindo com a desconstrução do Serviço Social como profissão de bem-estar. Com esse intuito, a assistente social enfatiza aos usuários que o seu papel é viabilizar o acesso aos direitos sociais, dessa forma faz parte do seu trabalho: orientar, informar, fazer encaminhamentos para as redes socioassistenciais, executar ações para evitar o isolamento social das pessoas com deficiência e a violação de direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da reestruturação produtiva ocorrida nos anos 1970, questiona-se o tamanho do Estado no provimento de serviços para a população. Nesta seara, os países de capitalismo central disseminam a cartilha neoliberal para todas as superfícies do globo, em defesa da desregulamentação dos mercados, da privatização de empresas públicas e da redução de gastos estatais. Tais transformações atingem a área social, que através da eclosão de instituições do Terceiro Setor, passa a compor a pauta de intervenção da iniciativa privada.

No contexto brasileiro, a expansão das instituições do Terceiro setor ganha corpo e fôlego nos anos 1990, período no qual o país aprofunda sua incorporação às políticas neoliberais. Com a reforma gerencial de Bresser-Pereira, as ONGs, OSCIPs, fundações e demais entidades do Terceiro Setor aumentam a sua influência na prestação de serviços sociais. Desta maneira, entra em curso um crescente processo de esvaziamento da responsabilidade do Estado no tocante à implantação de políticas sociais. Esta realidade configura o desmonte das políticas de proteção social previstas na Carta Magna de 1988, duramente conquistada pelos movimentos sociais e demais setores populares. Deste modo, reconhecemos que a substituição do Estado pela iniciativa privada no provimento de políticas sociais dilui a perspectiva do acesso a direitos.

É possível notar que o esvaziamento do Estado no protagonismo diante da garantia dos direitos demonstra a grave tendência de aprofundamento dos retrocessos sociais. O sentido de cidadania cede lugar para assistência caritativa ou para o tratamento dos usuários da política social como clientes. Deste modo, as políticas sociais ficam situadas entre a benemerência e a mercadorização.

A crescente descentralização do SUAS com a realização de parcerias entre o Estado e as instituições privadas, transforma a política pública de assistência social em ação meramente pontual e focalizada, prejudicando a oferta de serviços essenciais à dignidade humana, a exemplo dos serviços de acolhimento institucional, que integram a política de assistência social de alta complexidade.

Não descartamos a importância da APAE enquanto instituição social capaz de fornecer serviços essenciais a um público que até fins do século passado carecia

de visibilidade social e de iniciativas do poder público. É um espaço institucional capaz de proporcionar um rico processo de aprendizagem para o assistente social, mas que atualmente mostra-se cada vez mais distante da perspectiva da cidadania e dos direitos sociais. Trata-se de um espaço que representa a transferência para o “terceiro setor” das respostas às sequelas da “questão social”. Neste espaço, o trabalho do assistente social encontra limites e possibilidades para a sua concretização.

No caso da APAE de Ouro Branco, mencionados as principais iniciativas assumidas pelo profissional de Serviço Social, e destacamos que muitas vezes as demandas institucionais se sobrepõem às demandas da categoria profissional. Ademais, as limitações financeiras das instituições podem impedir a formulação e execução de novos projetos e ações. Mesmo com esses entraves, o assistente social, em cumprimento aos preceitos do Código de Ética Profissional, busca sempre prezar pela qualidade dos serviços prestados. Sua escuta qualificada constitui a porta de entrada para a reflexão de estratégias de intervenção.

A prática profissional do assistente social encontra-se eivada por condicionantes que configuram o processo de mundialização do capital. As ações do Estado neoliberal, comprometido com a expansão do mercado produtivo, repercutem diretamente na regressão dos direitos sociais. Trata-se de um cenário onde o bem-estar social fica relegado às providências do mercado e, numa perspectiva de desresponsabilização estatal. Os direitos sociais não são viabilizados universalmente, os serviços sociais são submetidos à iniciativa privada, e o aprofundamento dos traços históricos assistencialistas torna-se evidente. Este contexto tende a tornar a atuação profissional cada vez mais pragmática, desprovida de criticidade e mediações. Esta é a realidade encontrada na APAE de Ouro Branco, onde conforme salientamos, o assistente social lida constantemente com as correlações de forças institucionais, com poucos recursos para os projetos e programas sociais, focalização das políticas sociais, e demais condições que desafiam a atuação do profissional de Serviço Social.

A lógica do mercado transforma direito em serviços, que devem ser consumidos pelos que puderem arcar com os seus custos; os direitos sociais passam a ceder espaço para a composição da cesta de consumo composta por

planos de saúde, previdência privada. Para os que não puderem arcar com essa cesta de consumo restam a caridade cristã e a filantropia burguesa.

O sucateamento das políticas sociais e a precarização do exercício profissional do Assistente Social acompanham a contemporaneidade do enfrentamento das manifestações da “questão social”. Tal tendência implica o fortalecimento da categoria profissional na defesa dos direitos constitucionais e contra os desmontes orquestrados pelo Estado.

Cabe salientar o projeto de lei (PL) nº 6.159, de 2019, do presidente Jair Bolsonaro. Esse PL busca flexibilizar a Lei de Cotas (Lei 8213, de 1991). A proposta enviada ao Congresso propõe duas formas alternativas para a contratação de trabalhadores com deficiência. Uma consiste em uma contribuição em dinheiro para a União, que usaria tais recursos para as ações de habilitação e reabilitação. A outra forma é a de unir duas ou mais empresas para que, juntas, possam atingir o coeficiente de contratação previsto na lei. Esta estratégia representa um grave golpe nos direitos duramente obtidos pelos trabalhadores com deficiência.

Em tempos de reformas orientadas para o mercado, de flexibilização dos direitos sociais e trabalhistas e avanço da regressão de muitas conquistas preconizadas constitucionalmente, urge a necessidade dos profissionais encamparem lutas e resistências na defesa intransigente dos direitos humanos e sociais, reforçando ainda mais o compromisso com a qualidade dos serviços prestados e com a concretização do projeto ético-político.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Juliana Maria Pereira de. **Uma análise do exercício profissional do Assistente Social no Terceiro Setor**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2014.

ALENCAR, Mônica. O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

ALMEIDA, Celia. Parcerias público-privadas (PPP) no setor saúde: processos globais e dinâmicas nacionais. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, p. 2 - 16, 2017.

APAE. **Projeto Centro Dia**. Ouro Branco, 2019.

ASSIS, Olney Queiroz; PUZZOLI, Lafaiete. **Pessoa Portadora de Deficiência: Direitos e Garantias**. 2. ed. Editora Damásio de Jesus: 2005, p. 353.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2001.

BARROS, Aidel Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. A pesquisa e a iniciação científicas. **Barros, AJP, Lehfeld, NAS**, p. 81-104, 2007.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanetti. **Política Social: fundamentos e história**. – 9. Ed – São Paulo: Cortez, 2011 (Coleção biblioteca básica de Serviço Social; v.2).

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos** – 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEZERRA, Wiltemberg. **Análise das políticas públicas de inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho**. Centro Universitário de Brasília. Brasília: 2012.

BOSCHETTI, Ivanete; SALVADOR, E. **Orçamento da seguridade social e política econômica: perversa alquimia**. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 87, p. 25-57, 2006.

BRASIL. Comissão Nacional do Ano Internacional das Pessoas Deficientes - Relatório de atividades, 1981. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002911.pdf>>. Acesso em 2 agosto. 2019.

BRASIL. DECRETO LEGISLATIVO Nº 186, de 11 de junho de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/congresso/DLG186-2008.htm>. Acesso em: 12 agosto. 2019.

BRASIL. LEI Nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8213compilado.htm>. Acesso em: 10 agosto. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria n. 2203, de 5 de novembro de 1996: Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde, NOB-SUS 01/96. Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. Senado Federal. **Lei nº 11.079**, de 30 de dezembro de 2004. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Censo SUAS 2011**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social/Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2012.

BRESSER PEREIRA, L.C. Da Administração Pública Democrática à Gerencial. **Revista do Serviço Público**, 47, 1996.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Getúlio Vargas: o estadista, a nação e a democracia**. 2009.

CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguiar & SILVA JUNIOR, Nelson. (2009). **A “construção” do terceiro setor no Brasil: da questão social à organizacional**. *Psicologia Política*, 9(17), 129-148.

CAPISTRANO, Maria José Lira. **A atuação do Serviço Social e a participação da família no acompanhamento dos usuários da APAE/Ceará-Mirim** / Maria José Lira Capistrano. - 2018.

CARCANHOLO, Reinaldo; SABADINI, Maurício. Capital fictício e lucros fictícios. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 24, p. 41-65, 2009.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Fantasia da terceira via. **Folha de São Paulo**, p. 19 dez. 1999. 4-10, 1999.

COSTA, Selma Frossard. O Serviço Social e o terceiro setor. **Serviço Social em revista**, v. 7, n. 2, 2005.

COSTA, Lenimar Moura Rocha. **O Serviço Social e o terceiro setor: uma reflexão acerca dos desafios e possibilidades do/a assistente social na APAE/Natal**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 1996.

COUTO, Berenice R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2004.

DAGNINO, Evelina. **“Constituição democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa, Política e Sociedade”**, nº 5, 2001.

DRAIBE, Sônia M. **O Welfare State no Brasil: características e perspectivas** In: Ciências Sociais Hoje, 1989. São Paulo, ANPOCS/Vértice, pp. 13-61

DI PIETRO, M. S. Z. **Parcerias na administração pública: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras formas**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FALCONER, Andres Pablo (1999). **A Promessa do Terceiro Setor: Um estudo sobre a construção do papel das Organizações sem fins lucrativos e de seu campo de gestão**. Dissertação de mestrado. São Paulo: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP-SP.

FEAPAES – MG. **Serviços de Proteção Social**. Disponível em: <https://apaemg.org.br/page/servico-de-protecao-social-especial-para-pessoas-com-deficiencia-idosas-e-suas-familias> Acesso em: nov. 2019.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Guanabara, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

HEILBORN, M. L., ARAÚJO, L. BARRETO, L. (Orgs.) **A. Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça - GPP – GeR: módulo III**. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM, 2010.

HERRERA, Rémy. Alguns aspectos filosóficos e políticos da teoria de Estado em Marx e Engels. **Argumentum**, v. 3, n. 2, p. 71-93, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. **MOTA, AE et al**, p. 161-196, 2006.

GOMES, Claudia (orgs.). **Intermitências da crise e questão social: uma interpretação marxista**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2013. IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

KAMAT, Sangeeta. The privatization of public interest: theorizing NGO discourse in a neoliberal era. **Review of international political economy**, v. 11, n. 1, p. 155-176, 2004.

LEMOS, Carolyne Santos. **A prisão no capitalismo dependente: encarceramento massivo de negros no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2018.

LENIN, Vladimir. **O Estado e a revolução**. Santa Catarina: Clube de Autores, 2009.

MARANHÃO, C. H. Os nós financeiros das políticas sociais: financeirização, fundo público e políticas de combate à pobreza no Brasil. In: TAVARES, Maria Augusta;

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. O desafio da pesquisa social. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**, v. 27, p. 9-29, 2007.

MOREIRA, Cássio. O projeto de nação do governo João Goulart: o Plano Trienal e as Reformas de Base (1961-1964). **Produção de terceiros sobre Paulo Freire; Série Teses**, 2011.

MARX, Karl. **Manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e a questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. – 6. ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

NAPOLITANO, Marcos. **Democracia, “populismo” ou política de massas**: a “República de 46” (Aula 6, parte 5). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OKQOHh37zms&feature=youtu.be>. Acesso em: 05 de novembro de 2019.

OLIVEIRA, Marcos Roberto de. **As imunidades tributárias das entidades de assistência social como instrumentos de concretização de direitos fundamentais e o caso das APAES**. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2015.

PEREIRA, Edwilson Lemos. **A influência dos jogos no processo inclusivo de pessoas com deficiência física**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física). Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto, 2017.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Estado, sociedade e esfera pública. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª edição, 2001.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil – São Paulo: Cortez, 2012. – (Coleção biblioteca básica de Serviço Social; v.6).

SCHAWRCZ, Lilia M. e STARLING, Heloisa M. **Brasil**: Uma Biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Adelphino Teixeira da. **Administração & Controle**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1977.

SILVA, AG da. **A educação profissional de pessoas com deficiência mental: a história da relação Educação Especial/Trabalho na Apae-SP.** Tese (Doutorado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, 2000.

SILVA, Kleylenda Linhares da. **Condições de trabalho e terceiro setor: implicações contemporâneas para o Serviço Social.** 2013. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964).** 7ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

YAZBEK, Maria Carmelita. O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. **Capacitação em Serviço Social e política social. Módulo**, v. 2, p. 87-99, 1999.